



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NYCOLE SCHMITT ANDRADE

**CORONELISMO, DISSIDÊNCIAS E FACÇÕES: O CENÁRIO POLÍTICO E A
DISPUTA PELO CARGO DE INTENDENTE MUNICIPAL NA ELEIÇÃO DE 1917
(JAGUARÃO, 1889-1930)**

Jaguarão

2019

NYCOLE SCHMITT ANDRADE

**CORONELISMO, DISSIDÊNCIAS E FACÇÕES: O CENÁRIO POLÍTICO E A
DISPUTA PELO CARGO DE INTENDENTE MUNICIPAL NA ELEIÇÃO DE 1917
(JAGUARÃO, 1889-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientadora: Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira

Jaguarão

2019

NYCOLE SCHMITT ANDRADE

**CORONELISMO, DISSIDÊNCIAS E FACÇÕES: O CENÁRIO POLÍTICO E A
DISPUTA PELO CARGO DE INTENDENTE MUNICIPAL NA ELEIÇÃO DE 1917
(JAGUARÃO, 1889-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título de
Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso

Banca examinadora:

Prof. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira

Orientadora

UNIPAMPA

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam

UNIPAMPA

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas

UFPel

Dedico este trabalho a todos os professores que me auxiliaram durante minha jornada de aprendizagem.

A docência é o trabalho mais gratificante do mundo. Sinto-me honrada por concluir uma licenciatura e poder participar do processo de ensino-aprendizagem de novas mentes.

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira pela orientação, incentivos, apoio e por todo o trabalho que eu a fiz passar durante minha graduação. Que me convidou para participar do LAHISP e me incentivou durante as disciplinas de História do Brasil e História Contemporânea. Muito provavelmente teria desistido do curso se não fosse por suas ações.

Ao meu companheiro Tonny, que aturou meus choros e lamúrias, me incentivando nos piores momentos e comemorando comigo cada vitória.

A família paterna do meu companheiro, que me aceitou de todo o coração e me auxiliou durante os momentos mais complicados dos últimos 5 anos. Muito obrigada por todo incentivo e apoio: não teria conseguido sem vocês.

Ao subtenente Vagner Pacheco e a Dona Nilza, do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, que não mediram esforços durante meu estágio na instituição, me auxiliaram em todos os momentos e fizeram me sentir em casa.

Aos meus colegas de LAHISP: Liana, Vitor e Giovane, tive o privilégio de cursar minha graduação com pessoas espetaculares como vocês. Muito obrigada por cada momento que compartilhamos.

Aos meus amigos Adíenez, Maria Gabriela e Thiéry, que me incentivaram e me aturaram durante toda a minha graduação.

À minha sobrinha, Bia, que mesmo muito pequena e sem entender muita coisa do mundo, nos momentos mais difíceis me abraçou e me trouxe paz.

Ao pessoal do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica e aos funcionários da biblioteca, especialmente à Tati, Cris e Alexandre, obrigada pela companhia e ótimas conversas, além, claro, da nossa participação conjunta neste necessário projeto de digitalização.

A minha família, por ter me dado condições financeiras de estar aqui.

Veio para ressuscitar o tempo
e escarpelar os mortos,
as condecorações, as liturgias, as espadas

[...]

Veio para contar
o que não faz jus a ser glorificado
e se deposita, grânulo,
no poço vazio da memória.
É importuno,
sabe-se importuno e insiste,
rancoroso, fiel.

Carlos Drummond de Andrade. *Historiador*. in
'A Paixão Medida'.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eleição municipal para o cargo de Intendente, realizada em 1917, discorrendo sobre o cenário político e os indivíduos diretamente envolvidos, buscando compreender as relações sociais que os permeavam através dos conceitos de coronelismo, clientelismo, capital social, capital monetário e capital político. Partindo do cenário federal e do funcionamento das eleições, busco compreender os personagens envolvidos e como suas ações afetaram o processo eleitoral no Município.

Palavras-chave: Eleições. Coronelismo. Clientelismo. Jaguarão. Primeira República.

RESUMEN

La presente pesquisa tiene como objetivo analizar las elecciones municipales para el cargo de intendente, celebrada en 1917, discutiendo el escenario político y los individuos directamente involucrados, buscando comprender las relaciones sociales que los impregnaron a través de los conceptos de coronelismo, clientelismo, capital social, capital económico y capital político. A partir del escenario federal y el funcionamiento de las elecciones, busco comprender los personajes involucrados y cómo sus acciones afectaron el proceso electoral en el municipio.

Palabras clave: Elecciones. Coronelismo. Clientelismo. Jaguarão. Primera República.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Árvore genealógica da família de Gabriel Gonçalves	32
Figura 2 - Árvore genealógica da família de Zeferino Lopes de Moura.....	39
Figura 3 - Árvore genealógica da família de Manoel Amaro Júnior.....	41
Figura 4 –Árvore genealógica da família de Genes Gentil Bento.....	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos Indivíduos	27
Tabela 2 - Bens de Joaquina Elysia	34
Tabela 3 – Bens de Manoel Basílio Marques	35
Tabela 4 - Bens do Casal Pedro Frederico Rache e Belarmina Bezerra Rache	37
Figura 5 – Riquezas dos personagens	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E AS ELEIÇÕES	16
2. OS AGENTES E SUAS AÇÕES	26
3. A ELEIÇÃO DE 1917	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS.....	68

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo principal compreender as relações de poder dentro do Partido Republicano Rio-Grandense de Jaguarão, no período da Primeira República (1889-1930). Através da coleta de dados existentes em correspondências do fundo Borges de Medeiros, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, trocadas entre munícipes jaguarenses e o chefe partidário, foi possível diagnosticar uma dissidência intra-partidária durante o período da Primeira República, dividindo o eleitorado entre duas facções – carlistas e zeferinistas – lideradas, respectivamente, por dois coronéis locais: Carlos Barbosa Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura. Sérgio da Costa Franco, em *Gente e Coisas da Fronteira Sul*¹, já havia apontado sobre o histórico de rivalidade entre os dois potentados locais e suas querelas, entretanto, pretendo explorar um episódio específico, o qual vem a ser meu objeto de pesquisa: a eleição municipal de 1917.

A referida eleição municipal, para o cargo de intendente, foi permeada por fraudes, violência, coerção e cooptação política, traços característicos do coronelismo, sendo este um conceito chave da presente pesquisa. Loiva Otero Félix compreende o coronelismo como o poder exercido por chefes políticos sobre determinado número de pessoas, que são seus dependentes. Estes indivíduos reconhecem sua autoridade, revestindo o chefe de legitimidade, a qual ele utiliza para delegar cargos públicos aos seus dependentes.²

Vitor Nunes Leal conceitua o coronelismo como uma forma de manifestação do poder privado, em resposta à implementação de um regime representativo em uma estrutura social inadequada. Para ele, o coronel destaca-se sendo a figura de liderança local, indicando cargos públicos. O autor elenca os serviços públicos, como manutenção de estradas, construção de escolas, pontes e hospitais, como a forma de consolidação do poder do coronel, serviços esses que o chefe local precisa fazer uso de sua rede de relações para concretizar.³ José Murilo de Carvalho compactua com a ideia de Leal, concluindo que o coronelismo é uma rede de

¹ FRANCO, Sérgio da Costa. *O Dissídio entre os chimangos: carlistas e zeferinistas*. In: FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001. p. 131-174.

² FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 28.

³ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 23-35.

relações sociais que abrangia todo o sistema político, indo do coronel ao presidente da república.⁴

Visando melhor compreender o cenário nacional e o funcionamento das eleições, o primeiro capítulo tenta responder questões ligadas à Proclamação da República, ao perfil dos votantes e o processo eleitoral. José Murilo de Carvalho, em *Os Bestializados*, elenca aspectos do imaginário estabelecidos em torno da instauração do novo regime, embasado pelos princípios de igualdade liberdade e fraternidade. As classes mais baixas tiveram grandes expectativas em relação a sua participação política.⁵ Quem poderia votar a partir de agora? Quais seriam as mudanças trazidas pelo novo regime? E como elas afetariam os votantes?

As relações de poder entre os estados neste período são importantes para compreender o papel do Rio Grande do Sul dentro do cenário nacional. Carvalho ressalta que foram necessários novos pactos de poder para fazer o mesmo papel que o arranjo político imperial e garantir a estabilidade do Novo Regime.⁶ Cláudia Viscardi elenca as diferenças de relações de poder e representação dos estados, ressaltando a divisão hierárquica feita por Barbosa Lima Sobrinho, baseada na relação de poder entre os estados, classificando-os como de primeira, segunda e terceira grandeza. Ao longo da obra Viscardi traz números que corroboram essa diferença representativa apontada por Sobrinho, sendo estes parâmetros para medir a participação e influência dos estados na política nacional.⁷ A autora ainda aponta que as sucessões presidenciais implicavam na redistribuição de cargos e poder, que devido a inexistência de partidos, davam origem a tendências e correntes que se formavam e se desfaziam rapidamente, não existindo grupos nacionais duráveis.⁸

Buscando compreender a ascensão do Partido Republicano Riograndense (PRR) e do coronelismo no Rio Grande do Sul, Loiva Otero Félix pontua diversos aspectos históricos do Estado, dando ênfase ao ciclo pastoril militar e o componente sócio-psicológico proveniente do sistema de estância, baseado em valores como liderança e lealdade.⁹ Por que o coronelismo se diferencia no sul do país? Por que ele é negado na historiografia clássica? Como atuavam esses coronéis?

⁴ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, v.40, n.2, 1997, p. 1.

⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2011, p. 12

⁶ Ibidem, p. 31-33.

⁷ VISCARDI, Cláudia. *O teatro das oligarquias Uma revisão da "política do café com leite"*. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2012, p. 32.

⁸ Ibidem, p. 60.

⁹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 28.

Carina Martiny traz questões sobre o funcionamento das eleições e do voto, apresentando leis vigentes após a instauração da República.¹⁰ Através das reflexões e ideias da autora, pretendo responder às seguintes questões: Quem teria direito ao voto no novo regime? Quais cargos poderiam ser votados? Qual o sentido da realização das eleições? Aqui também cabe a questão da fraude eleitoral, utilizando como referência Paolo Ricci e Jaqueline Zulini, que buscaram compreender quando e como a fraude eleitoral acontecia, por meio da análise de acusações formais que registravam irregularidades, além de buscar compreender o jogo político e suas regras informais na Primeira República.¹¹ Como ocorria a fraude? É possível apontar fraude na eleição de 1917?

O segundo capítulo tem como objetivo realizar uma análise individual dos perfis dos personagens diretamente envolvidos com o processo eleitoral, buscando compreender suas posições sociais e seus capitais políticos, pessoais e econômicos. O sociólogo francês Pierre Bourdieu compreende o capital político como uma forma de capital simbólico, firmado na crença e reconhecimento conferidos a uma pessoa. É um produto subjetivo da confiança dado à aquele em que é investido.¹² Ainda sob a visão do autor, o capital pessoal é baseado na notoriedade e popularidade, firmado no reconhecimento e reputação da pessoa e também no fato de possuir qualificações. É um capital frequentemente reconvertido de/para outros domínios. É de acumulação lenta e quantia, construído durante toda a vida.¹³

Os indivíduos foram selecionados através das correspondências analisadas do Fundo Borges de Medeiros, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e do arquivo Léo Santos Piúma, do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, tendo destacado suas ações durante o processo eleitoral. Para fazer a análise destes perfis, utilizarei fontes como inventários e habilitações para casamento, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, além de notícias de jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no acervo do Programa de Catalogação e Digitalização de Documentação Histórica, da Universidade Federal do Pampa, a fim de melhor compreender esses indivíduos. Quem eram? De que família vinham? Possuíam ligações com quais instituições? Que funções desempenhavam na eleição?

¹⁰ MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018

¹¹ RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930)*. VIII encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, agosto de 2012, p. 4

¹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 187-188.

¹³ Idem.

No terceiro capítulo, busco compreender o processo eleitoral no município de Jaguarão através das correspondências trocadas entre Zeferino Lopes de Moura e Borges de Medeiros, disponíveis no Fundo Borges de Medeiros, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, e correspondências enviadas por Gabriel Gonçalves da Silva, disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Através destas correspondências, pretendo compreender como ocorreu o processo eleitoral, além de realizar um pequeno debate em torno do conceito de clientelismo. Neste capítulo, pretendo responder questões como: por que ocorreu essa dissidência no partido em Jaguarão? Era comum? Como estas facções comportavam-se antes e durante a eleição? Havia fraude, uso de violência e coerção? Quais as ações de Borges de Medeiros frente a estes acontecimentos?

Por meio dos objetivos e referenciais acima, busco compreender e refletir sobre os processos políticos e sociais que permearam a eleição municipal de Jaguarão realizada em 26 de fevereiro de 1917.

1. A POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA E AS ELEIÇÕES

O período conhecido como Primeira República (1889 – 1930) foi marcado por grandes mudanças e transições. O dia 15 de novembro de 1889 marcou o rompimento com a monarquia e selou a instauração de um novo sistema de governo: a República. Em sua obra *Os bestializados*, José Murilo de Carvalho argumenta que o povo brasileiro teria assistido atônito e bestializado o movimento militar que levou à proclamação da República. O que os espectadores supostamente teriam pensado ser uma simples parada militar, terminou com a deposição do governo, a prisão dos Ministros por parte do Exército, o fim do regime monarquista e a formação de um novo governo, provisório, encabeçado por Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Benjamim Constant. O novo regime não contou com a iniciativa popular, mas trouxe entusiasmo à população quanto a sua participação política, principalmente para as classes mais baixas, como os operários, sendo os “novos tempos” ressaltados pela imprensa com os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade.¹⁴

A política na Primeira República foi tradicionalmente caracterizada como política do café com leite, alcunha que buscava dar conta das relações de poder entre os estados nas sucessões presidenciais. Ela se remete ao revezamento do poder federal entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Para Renato Perissinoto, a aliança teria surgido devido à falta de institucionalização dos mecanismos responsáveis pelo arbitramento das sucessões presidenciais.¹⁵ Gotijo, por sua vez, afirma que ela teria sido o equivalente funcional ao Poder Moderador, conferindo ao sistema o mesmo grau de estabilidade que detinha o regime monárquico.¹⁶ Embora a forma de revezamento implícita na ideia de uma política café com leite já tenha sido contestada pela historiografia – sobretudo por Cláudia Viscardi, em sua obra *O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite* – bem como a suposta estabilidade que trazia, as hierarquias de poder entre os estados e os modos como as disputas políticas ocorriam ainda carecem de mais estudos, sobretudo em relação ao funcionamento da política local e ao grau de sustentação que oferecia a todo o edifício.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2011, p. 12.

¹⁵ PERESSINOTO apud VISCARDI, 2001, p.44

¹⁶ GOTIJO apud VISCARDI, 2001, p.44

Segundo Viscardi, as sucessões presidenciais implicavam na realocação de cargos e na redistribuição do poder. Com a ausência de partidos, havia correntes e tendências, que se formavam e se desfaziam rapidamente. A autora demonstra, assim, que não se formavam, naquele contexto, grupos nacionais duráveis.¹⁷ Porém, o novo regime diminuiu as possibilidades de competição, deixando indivíduos mais ou menos iguais aptos para a participação política. Esse processo se deu através da exclusão da participação política dos setores populares pelo “voto alfabetizado”, pela fraude eleitoral, e também pelos critérios de recrutamento político não formalizados, mas assimilados – ser homem, branco, ter curso superior, laços de parentesco, bem como a origem regional. É importante também frisar que os atores são desiguais e há diversas hierarquias dentro do grupo republicano. Um reduzido grupo de elite controlava, de fato, a política dos estados.¹⁸

José Murilo de Carvalho também discutiu os aspectos da “nova política”, afirmando que o novo regime precisou organizar pactos de poder que fizessem o mesmo papel do arranjo político monarquista, conferindo o grau suficiente de estabilidade e amenizando os problemas decorrentes da instabilidade política, entre eles, a oposição de parcelas da população ao republicanismo, o risco da fragmentação do país, a grave crise econômica no mercado cafeeiro e as dificuldades de administração da dívida externa. A solução encontrada foi a descentralização do poder, retido na capital – diminuindo a participação política de militares e de setores populares – e dividi-lo entre os estados, cooptando suas oligarquias – garantindo, assim, o domínio do poder federal nos estados, revestindo o chefe local de autoridade e garantindo sua participação política. Esse regime é conhecido como “política de estados” e foi apresentada pelo então presidente, Campos Sales, no ano de 1900.¹⁹ Viscardi pontua a existência de correntes historiográficas que consideram o surgimento da aliança do café com leite no governo Campos Sales, confundindo-se está com a política de estados.²⁰

Cláudia Viscardi ressalta, ainda, a divisão hierárquica feita por Barbosa Lima Sobrinho, baseado na relação de poder entre os estados e o poder federal, classificando-os como de primeira, segunda ou terceira grandeza.²¹ Ao longo da obra, a autora traz números que corroboram a diferença representativa e, portanto, participativa e de influência dos seis

¹⁷ VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias Uma revisão da “política do café com leite”*. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2012, p. 60.

¹⁸ Ibidem, p. 53.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2011, p. 31-33.

²⁰ VISCARDI, op. cit., p. 38-39.

²¹ Ibidem, p. 32.

estados apontados como de primeira e segunda grandeza, sendo Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo pertencentes ao primeiro grupo e Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro ao segundo. De acordo com a autora, 70% dos treze presidentes eleitos no regime eram oriundos dos estados considerados de primeira grandeza e esses mesmos três estados somados representavam 70,81% da ocupação ministerial no período da primeira república, sendo o Rio Grande do Sul responsável por 20,69% da ocupação.²²

Para a historiadora Loiva Otero Félix, o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) teve sua ascensão no Rio Grande do Sul devido à estrutura coronelista existente no estado, utilizando a cooptação política dos coronéis como forma de legitimação.²³ Segundo a autora,

Entendemos por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicaram. Tem sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido ao seu grande poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários.²⁴

Ao longo do primeiro capítulo do seu clássico livro *Coronelismo, Borgismo e cooptação política*, Félix demonstra como o histórico do estado contribuiu para a incorporação do coronelismo e da doutrina positivista proposta pelo PRR. A autora elenca uma série de aspectos que contribuíram para a instauração e estabilização dos mesmos, entre eles, o ciclo pastoril militar vivenciado no estado, moldado devido à decorrência de batalhas pelas terras e definição de fronteiras, ao surgimento das estâncias, centro de relações sociais patriarcais-autoritárias, onde o líder passava a ser o coronel, representando a força política local. O componente sócio psicológico é elencado pela autora como um dos principais fatores que contribuíram para o sucesso da implantação da doutrina positivista e do partido. A necessidade da obediência à hierarquia e de um líder foram percebidas e utilizadas por Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos.²⁵ O coronel passou a atuar não apenas no núcleo básico – neste caso, na Estância – atuando também no jogo político federal, identificando seus interesses de classe e envolvendo-se com a oligarquia²⁶. A identificação entre o PRR, a doutrina positivista e o governo coincidiram com as etapas do coronelismo gaúcho e do desenvolvimento do Partido.

²² Ibidem, p. 56.

²³ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 28.

²⁴ Ibidem, p. 28.

²⁵ Ibidem, p. 42-43.

²⁶ Ibidem, p. 55.

Ainda para Félix, o poder estadual de Borges de Medeiros partia da integração dos coronéis na base partidária. Segundo a autora,

Esses coronéis, na maior parte transformados em intendentess, participavam do jogo do poder com sua força política local, com seu prestígio que se traduzia em votos dado o vazio de significado para a filosofia positivista ou castilhistas, mas indispensável para a “aparência legal”, necessária à continuidade do sistema. Em troca, recebiam do governo estadual respaldo para suas ações no município, onde continuavam como “donos”, consolidando essa força nas lutas com os coronéis da oposição [...] ou, então, o que era mais comum, nas “trincas” com as dissidências locais.²⁷

Loiva Otero Félix afirma que Júlio de Castilhos, ao perceber a força dos caudilhos durante a Revolução de 1893, tomou como estratégia reforçar as bases de apoio na esfera local, substituindo as antigas, articulando com o poder estadual. Essa prática de cooptação foi continuada por Borges de Medeiros.²⁸ Por cooptação política, Félix entende:

O processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado que então se processa (instalação da República com a política Borgista-Castilhista). O que caracteriza a cooptação é, essencialmente, ser uma política realizada sem violência.²⁹

A autora argumenta que, apesar das estruturas partidárias, o poder dos coronéis não era abafado, eles eram em geral integrados e transformados em chefes locais, muitas vezes tinham seus pedidos atendidos e costumavam alimentar a chefia do partido.³⁰

Segundo Carina Martiny, as eleições e o voto já eram práticas comuns ainda durante o período imperial, havendo eleições municipais para juizes de paz, escolha de eleitores, deputados, vereadores e senadores – para o último, a votação ocorria em caso de morte, sendo escolhido um substituto para o cargo vitalício. Com a instauração do sistema republicano, houve a ampliação de números dos cargos que deveriam ser preenchidos, passando pelo aval dos votantes os ocupantes dos cargos do Executivo em nível federal, estadual e municipal – Presidente da República, dos Estados e os Intendentess.³¹

Para Hebe Mattos, havia um ideário restritivo e elitista em torno do voto, decorrente da reforma eleitoral de 1881, que dava direito ao voto a cerca de 1% da população - 145.296 votantes. A autora afirma que a porcentagem de votantes não passou de 5% da população, sob

²⁷ Ibidem, p. 81.

²⁸ Ibidem, p. 80.

²⁹ Ibidem, p. 28.

³⁰ Ibidem, p. 80.

³¹ MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 95-96.

a égide da Constituição de 1891. A imposição da alfabetização como pré-requisito para ser votante inviabilizava a cidadania política a grande parte da população brasileira.³²

O decreto nº 6 de 19 de novembro de 1889, expedido apenas 4 dias após a proclamação da República, também viria a delimitar o eleitorado e denotar ao Ministério do Interior a função de regulamentar o processo eleitoral. Para Martiny, delimitar o eleitorado era essencial para assegurar o controle dos pleitos.³³ O referido decreto delimitava quem poderia participar dos pleitos, nas diversas instâncias, na condição de eleitor, como se pode ver a seguir:

Art. 1º Consideram-se eleitores, para as camaras geraes, provinciaes e municipaes, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e politicos, que souberem ler e escrever.

Art. 2º O Ministerio do Interior, em tempo, expedirá as instrucções e organizará os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral.³⁴

Para os municípios, tal seletividade do voto persistia. Uma boa fonte para conhecer algumas das condições em que se realizava o voto nos municípios brasileiros é o *Almanak Laemmert*, periódico publicado regularmente pela Editora Laemmert que trazia informações sobre os municípios e um guia de profissionais em cada localidade. Em uma das edições do *Almanak Laemmert* publicada no ano de 1917 referente aos dados municipais da cidade de Jaguarão, por exemplo, consta que a população jaguareense correspondia ao número de 18 mil habitantes, destes sendo apenas 629 votantes, distribuídos nos três distritos do Município – Espírito Santo, Juncal e Serrito.³⁵ Ou seja, os eleitores nesse município totalizavam apenas cerca de 3,49% da população local.

Em correspondência entre Gabriel Gonçalves da Silva, intendente provisório do município no referido ano, e o chefe partidário Borges de Medeiros, a eleição municipal obteve o total de 900 votos. Na missiva de 27 de fevereiro de 1917, o mesmo afirma que:

³² MATTOS, Hebe. *Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo*. Anais ANPUH, 2011, p. 2.

³³ MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 106.

³⁴ BRASIL. Decreto nº6, de 19 de Novembro de 1889. Artigos 1º e 2º. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 ago. 2019.

³⁵ BNDigital: Almanak Laemmert: Anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e industrial da República dos Estados Unidos do Brasil para 1917. 73º ano, 2º volume.

Realizou-se, ontem, aqui, eleição municipal.

Candidato Republicano coronel Pedro Frederico Rache obteve 543 votos, sendo 348 primeiro distrito, 71 segundo e 124 terceiro. Candidato oposição Zeferino Lopes de Moura obteve 357 votos, sendo 216 primeiro distrito, 68 segundo e 71 terceiro[...] ³⁶

A discrepância entre os dados do *Almanak* e os da missiva podem ser explicados devido a três circunstâncias: a primeira possibilidade reside no envio de dados ao *Almanak* e na atualização dos mesmos por parte da redação, que dependia de órgãos públicos, privados e pessoais para atualização e formação do conteúdo a ser publicado. A segunda diz respeito a um possível aumento do número de eleitores devido à busca pela expedição de títulos eleitorais às vésperas da eleição. A terceira possibilidade é a fraude eleitoral em si. A seguir, explicarei melhor a segunda e a terceira circunstâncias.

A expedição de títulos eleitorais era um processo ao qual o próprio Gabriel Gonçalves da Silva se refere no decorrer da correspondência, apesar de demonstrar contrariedade quanto ao modo como o Juiz Distrital havia conduzido as coisas. Segundo ele,

“três dias antes da eleição, Juiz Distrital e Oficial Registro negaram-se a expedir títulos de muitos eleitores republicanos, o que nos causou grande prejuízo”.³⁷

Tendo o controle e a regulamentação das eleições ficado a cargo do Ministério do Interior, em 1890, foi expedido o decreto nº200-A, de 8 de fevereiro, decorrente da necessidade da realização do processo eleitoral para a Assembleia Constituinte. O decreto ditava as normas para a qualificação do eleitorado e criava duas comissões: a Comissão Distrital e a Comissão Municipal, ficando a Comissão Distrital subordinada à revisão da Comissão Municipal.³⁸ A seguir, reproduzo algumas diretrizes do decreto:

Art. 6º A qualificação dos eleitores que teem de votar nos deputados á Assembléa Constituinte será preparada em cada districto da Republica por uma comissão districtal, e definitivamente organizada nos municipios por uma comissão municipal.

Art. 8º As comissões districtaes serão compostas:

- a) do juiz de paz mais votado do districto, o qual será o seu presidente;
- b) do subdelegado da parochia;
- c) de um cidadão com as qualidades de eleitor, residente no districto, nomeado pelo presidente da Camara ou Intendencia Municipal.

Art. 9º O presidente da Camara ou da Intendencia Municipal nomeará com a necessaria antecedencia o cidadão que tiver de fazer parte da comissão districtal.

³⁶ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1917. Correspondência pessoal.

³⁷ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1917. Correspondência pessoal.

³⁸ MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 106.

Art. 32. Em todos os municipios da Republica haverá commissões municipaes de revisão para a organização definitiva da qualificação dos eleitores que teem de votar para deputados á Assembléa Constituinte.

Parapho unico. Essas commissões deverão reunir-se dez dias depois de encerrados os trabalhos das commissões districtaes.

Art. 33. Essas commissões nas comarcas geraes serão compostas:

- a) Do juiz municipal do termo, como seu presidente;
- b) Do presidente da Camara ou Intendencia Municipal;
- c) Do delegado de policia.³⁹

Segundo Carina Martiny, ao analisar a composição das comissões, é possível perceber a influência do poder Executivo Estadual na esfera Municipal. As Câmaras Municipais haviam sido extintas pelo Governo Provisório, sendo substituídas pelas Juntas Municipais, que tinham seus integrantes indicados pelo presidente do Estado. Juizes, Delegados, e a Câmara tinham em seus integrantes representantes das causas republicanas, adeptos ou cooptados pelo PRR. Dessa forma, as eleições ficavam nas mãos dos partidos que possuíam maior poder político.⁴⁰ Sendo a fraude e a coerção insuficientes para a garantia do domínio partidário, recorria-se às etapas burocráticas e à regulamentação das leis como forma de diminuir a incerteza.⁴¹

No caso do Município de Jaguarão, vem sendo apontada a existência de duas facções políticas, os Carlistas e os Zeferinistas, a primeira sendo representada pela figura de Carlos Barbosa Gonçalves e a segunda por Zeferido Lopes de Moura. Segundo Sérgio da Costa Franco, apesar de ambas pertencerem ao PRR, as duas facções concorriam pela confiança do chefe estadual, Borges de Medeiros, disputando entre si as eleições municipais.⁴² Na eleição de 1917, Zeferino Lopes de Moura fazia oposição a Pedro Frederico Rache, representante da corrente Carlista. Como demonstrado por Vitor Nunes Leal, no clássico *Coronelismo, enxada e voto*:

Segundo já tem sido observado, as correntes políticas municipais se digladiam com ódio mortal, mas comumente cada uma delas o que pretende é obter as preferências do governo do Estado. Não se abatem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a oposição de um partido estadual ou nacional não governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.⁴³

³⁹ BRASIL. Decreto nº200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 ago. 2019.

⁴⁰ MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 106.

⁴¹ Ibidem, p. 100.

⁴² FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 131.

⁴³ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 36.

Para Carina Martiny, o processo de eleição acaba tornando-se um rito republicano de legitimação do poder. Para isso, era necessário manter o mínimo de abstenções possíveis. A autora afirma que era necessário manter uma oposição ativa, na forma de candidatura, como forma de mobilizar os eleitores e diminuir a abstenção de votos.⁴⁴ Assim, as dissidências internas eram parte ativa do jogo político do período.

O terceiro aspecto a ser analisado para compreender a discrepância entre o número de eleitores do município de Jaguarão apresentados por Gabriel Gonçalves e o *Almanak Laemmert* é a questão da fraude eleitoral.

Paolo Ricci e Jaqueline Zulini analisaram acusações formais de irregularidade nas eleições, registradas na Câmara dos Deputados, buscando compreender as regras informais do jogo político no período da Primeira República. Segundo os autores, as tentativas de “entortar” o processo eleitoral vinham desde o começo do processo, com o alistamento de eleitores, perpassando outras etapas como a votação, a apuração dos resultados e o reconhecimento dos poderes, além do uso da violência e a intimidação de eleitores para este fim. Havia o uso de falsos eleitores, denominados “fósforos”, rendendo até registros de mortos, menores e estrangeiros nas listas eleitorais. Casos do comparecimento nas eleições de um número superior ao de eleitores existentes, segundo as fontes oficiais, ocorriam com certa frequência. Denominadas “a bico-de-pena”, a adulteração dos resultados era feita pela própria mesa eleitoral.⁴⁵ Os documentos analisados trazem queixas de transgressões eleitorais em nível distrital, trazendo referências desde deturpações no alistamento eleitoral até intimidação física na boca de urna, fazendo parte também as contra contestações, respostas dos impugnados aos queixosos. Os autores afirmam que a escolha pela análise de queixas formais pode subestimar a ocorrência da fraude eleitoral, pois os contestantes poderiam optar por não apresentar uma contestação eleitoral devido a vários fatores, como a chance de êxito, os custos da imposição da queixa, e o valor que o cargo representaria.⁴⁶ Um exemplo deste último, é a eleição municipal de Jaguarão realizada em 1917.

Além das diversas relações sociais que implicaram em problemas no processo de expedição de títulos eleitorais, e o uso da coerção e violência pelas duas facções no período que antecedeu o pleito eleitoral, o que será demonstrado no último capítulo, houve uma

⁴⁴ MARTINY, op. cit., p. 103.

⁴⁵ RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930.)* VIII encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, agosto de 2012, p. 4.

⁴⁶ *Ibidem*, p.10.

insinuação de fraude eleitoral após a apuração dos votos referentes a esta eleição. Em carta a Borges de Medeiros, Gabriel Gonçalves levanta suspeitas de que a oposição não tenha conseguido o terço dos votos, o que implicaria em não conseguir representação dentro da Comissão Executiva do Partido. Para Gabriel Gonçalves,

[...] de acordo com o Regulamento das Comissões Executivas, que do eleitorado que sufrageou candidatos aos cargos de Intendente e Conselheiros, na eleição de 26 de fevereiro, deviam ser depurados eleitores estranhos e adversos ao partido, para do líquido do eleitorado republicano verificar-se se a dissidência, de fato, obtivera o terço que lhe dá direito a ingressar na executiva. Posso afirmar à Vossa Excelência, aliás com provas em meu poder, que feita aquela depuração, não obtive coronel Zeferino o terço da votação republicana. No entretanto obedecerei como me cumpre a deliberação de Vossa Excelência, em cujo espírito de justiça tanto confio⁴⁷.

Por meio do conteúdo desta correspondência, é possível interpretar que Gabriel Gonçalves da Silva está sugerindo a Borges de Medeiros que a oposição tenha fraudado a eleição, no momento em que pede a “depuração de eleitores estranhos”, tendo em mãos provas de que Zeferino não teria angariado o terço dos votos. Apesar disso, a denúncia não foi concretizada. Podemos supor que Gabriel Gonçalves teve vários motivos para tal opção, entre eles, a vitória eleitoral, a subserviência a um possível pedido do Chefe Partidário, talvez devido a regras e posicionamento dentro do jogo político do município e acordos pré-estabelecidos com a oposição.

O que ocasionou grande furor no processo eleitoral daquele ano foi a mudança ocasionada pela lei nº 3.139, relativa ao alistamento eleitoral, que alterou a lei antiga. Gabriel Gonçalves empenhou-se neste processo, buscando recrutar o máximo de eleitores carlistas, afim de garantir ampla vitória sobre o adversário. Em relação às mudanças ocasionadas pela nova lei, Gabriel Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura entraram no consenso de legitimar os eleitores inscritos no registro eleitoral até maio de 1914 e mais os inscritos no alistamento federal até janeiro daquele ano. Em correspondência enviada a Borges de Medeiros, Gabriel relata que

[...] Todas as propostas e combinações da oposição recebi sem a mínima relutância, até que a última que se lembraram de propor, isso é, fazer a eleição pelo alistamento transcrito no registro eleitoral até maio de 1914 e mais os eleitores incluídos no alistamento federal até janeiro do corrente ano, ficou como definitiva, aguardando para a consumação, a opinião de Vossa Excelência.⁴⁸

⁴⁷ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 11 de março de 1917. Correspondência pessoal.

⁴⁸ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1916. Correspondência pessoal.

É possível levantar a hipótese de que a fraude, se realmente aconteceu, tenha ocorrido dentro do processo de alistamento eleitoral, visto que o acordo feito pelos dois potentados locais, apesar de visar a regularidade eleitoral, abria brechas para eleitores ilegais, bem como votantes já falecidos ou que não residiam no município.

Sérgio da Costa Franco afirma que foi constatada a fraude eleitoral, proveniente de ambas as facções, durante a qualificação eleitoral. Houve o risco de cancelamento da eleição devido às várias irregularidades encontradas. Dos 1.287 cidadãos que estavam inscritos até fevereiro de 1917, houve o pedido de exclusão de pelo menos 656 deles. A situação piorava conforme a fraude transparecia, aparecendo diversos documentos e assinaturas falsificadas. Para chegar a esta conclusão, Franco utiliza telegramas dirigidos a Borges de Medeiros por Genes Gentil Bento, subchefe de polícia e representante do Chefe Partidário, que foi enviado a Jaguarão com a finalidade de fiscalizar a referida eleição.⁴⁹

O fato é que apesar de bem provável e, além disso, registrada em correspondências pessoais, ao que consta, a fraude não foi denunciada de modo formal e não houve abertura de processos. A eleição foi realizada e validada, e em 12 de março de 1917, Pedro Frederico Rache, candidato carlista, tomou posse do cargo de Intendente Municipal.

⁴⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 162-163.

2 . OS AGENTES E SUAS AÇÕES

Este capítulo se propõe à realização de uma análise do perfil individual dos personagens diretamente envolvidos na disputa eleitoral ocorrida em Jaguarão no ano de 1917, além de buscar estabelecer suas relações interpessoais e seu capital político e simbólico através da análise de correspondências pessoais, processos de inventário, habilitações para casamento e periódicos.

As principais fontes, e que despertaram o interesse para a realização desta pesquisa, são as correspondências pessoais referentes ao município de Jaguarão que foram selecionadas do fundo Borges de Medeiros, localizado no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, com o qual ganhei familiaridade durante minha participação no Laboratório de História Social e Política (LAHISP) e como bolsista CNPQ da pesquisa realizada pela docente do curso de história da Unipampa, Dra. Cássia Daiane Macedo da Silveira, na qual realizamos o processo de transcrição das correspondências, além da criação de um banco de dados através da análise qualitativa das mesmas. Também utilizei correspondências pessoais selecionadas do arquivo Léo Santos Piúma, do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, com as quais obtive contato durante a realização da disciplina de Estágio Supervisionado em espaço não-escolar. Para ambas as atividades foi necessário a leitura, transcrição e fichamento das correspondências encontradas nos locais supracitados, ficando como critério de seleção a temática apresentada pelas mesmas. Ao todo, trabalhei com mais de 130 correspondências, selecionando cerca de 20 destas correspondências para a realização desta pesquisa.

Através da análise das correspondências selecionadas é possível dar destaque a cinco personagens principais, que atuaram de maneira ferrenha no processo eleitoral municipal de 1917: Gabriel Gonçalves da Silva, Pedro Frederico Rache, Zeferino Lopes de Moura, Manoel Amaro Júnior e Genes Gentil Bento.

Tabela 1 – perfil dos indivíduos envolvidos na eleição de 1917 (Jaguarão).

Nome	Profissão	Data de nascimento/falecimento	Idade no ano da referida eleição	Ensino Superior
Gabriel Gonçalves da Silva	Coronel – Guarda Nacional	N: 25/06/1868 ⁵⁰ F: 27/03/1959 ⁵¹	50	***
Pedro Frederico Rache	Comerciante	N: 7/03/1852 ⁵² F: 16/01/1931 ⁵³	64	***
Zeferino Lopes de Moura	Coronel – Guarda Nacional	N: 26/08/1856 ⁵⁴ F: 18/09/1929 ⁵⁵	61	Não
Manoel Amaro Júnior	Médico Homeopata ⁵⁶	N: 28/10 ⁵⁷ F: 1/08/1925 ⁵⁸	***	Sim ⁵⁹
Genes Gentil Bento	Sub chefe de polícia ⁶⁰	N: 20/08 ⁶¹	***	***

Os dados da tabela acima foram retirados de outras fontes, que transcendem as correspondências, estando devidamente referenciadas nas notas de rodapé. Os critérios para sua construção se dão devido ao capital simbólico e cultural dado às profissões e ao ensino superior, este último várias vezes sendo construídos como um plano de vida pelo patriarca da família aos seus filhos, algumas vezes deixados expressos antes de seu falecimento, como forma de investimento familiar.⁶² Em uma análise do perfil dos deputados gerais durante o período de 1835 a 1889, Jonas Moreira Vargas identifica uma transformação social,

⁵⁰ TIMM, Octacilio B; GONZALEZ, Eugenio. Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 250.

⁵¹ PIÑERO, Liana Nadine. Arte e discursos do cemitério das irmandades de Jaguarão nas primeiras décadas da república. 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2018. p. 29.

⁵² APERS – Habilitação para casamento de Pedro Frederico Rache.

⁵³ PIÑEIRO, op. cit., loc. cit.

⁵⁴ PIÑEIRO, op. cit., loc. cit.

⁵⁵ Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica - *Mensageiro Católico*, 06 de outubro de 1929 – Documento físico disponível no IHGJ.

⁵⁶ Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica – *O Comércio*, 22 de outubro de 1903 – Documento físico disponível no IHGJ.

⁵⁷ BNDigital - *A Federação*, 29 de novembro de 1917.

⁵⁸ BNDigital - *A Federação*, 5 de agosto de 1925.

⁵⁹ BNDigital – *Almanak Laemmert*: anuário comercial, industrial, agrícola, profissional e administrativo da República dos Estados Unidos do Brasil para 1921-1922. 77º-78º ano, 4º volume – anúncio de Manoel Amaro Júnior como médico, o que indica formação superior.

⁶⁰ BNDigital - *A Federação*, 16 de abril de 1917.

⁶¹ BNDigital - *A Federação*, 20 de agosto de 1920.

⁶² CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “Moço, inteligente e médico de competência notável”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2018. p. 100.

concluindo que a aquisição do grau de bacharel, principalmente em direito, era cada vez mais imprescindível para a construção de uma carreira no campo político. As famílias mais propensas a enviar os filhos para cursar o ensino superior são as mesmas que aparentam ter algum tipo de planejamento voltado para a política e a extensão de suas redes sociais. Para Vargas, possuir ensino superior representava a chance de conseguir melhores casamentos e ascender socialmente entre a elite do Estado.⁶³ A idade e data de nascimento dos indivíduos também são fatores sociais importante, pois há um perfil pré-definido de quem fazia política na Primeira República e, através disso, é possível especular que nenhum dos personagens foge dessa regra. Surama Conde Sá Pinto faz uma análise da elite política da cidade do Rio de Janeiro, no período de 1902 a 1922, e estabelece uma divisão baseada em gerações, sendo a primeira geração de indivíduos nascida antes de 1869, que representava 47,83% do total de indivíduos selecionados pelo conceito de elite da autora. A segunda geração, os nascidos entre 1869 e 1888, refere-se aos indivíduos que atingiram a maioridade já no período republicano, representando 26,09% da elite. A terceira geração refere-se aos nascidos após 1889, representando apenas 2,17% dos indivíduos selecionados.⁶⁴ Neste estudo, a autora define elite política através de critérios como posição, decisão e reputação, compreendendo como elite os prefeitos, deputados federais e senadores.⁶⁵ Em uma comparação com o perfil da elite da cidade do Rio de Janeiro traçado por Surama Pinto, todos os indivíduos selecionados nesta pesquisa, sobre os quais foi possível ter acesso às datas de nascimento completas, integram a primeira geração, de nascidos antes de 1869, o que implica terem passado por vários processos históricos, entre eles, a abolição e a instauração da República, alguns deles, comprovadamente, atuaram em prol da República e na difusão de ideais republicanos ainda no período imperial, como é o caso de Carlos Barbosa, Gabriel Gonçalves da Silva e Pedro Frederico Rache, angariando prestígio político dentro do Partido Republicano Riograndense por essas ações, sendo considerados republicanos históricos.

Relativamente às profissões, é notável que cada um dos indivíduos possuía mais de uma profissão. O critério estabelecido para tal informação foi adotar a profissão com a qual os indivíduos se apresentavam, no caso de processos de inventários, o que foi possível realizar com Gabriel Gonçalves, Pedro Frederico Rache e Zeferino Lopes de Moura. Aos demais

⁶³ VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 279 f. p. 80-84.

⁶⁴ PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Editora Mauad, 2001. p. 43.

⁶⁵ PINTO, ibidem, p. 34.

indivíduos, os quais não apresentavam profissão no inventário ou não possuíam o mesmo, utilizei notícias de periódicos para estabelecer as profissões exercidas. Um ponto em comum entre todos os indivíduos estudados, neste quesito, é que todos tiveram atuação na Guarda Nacional Republicana, com exceção de Genes Bento, que, ao que consta, não prestou serviços na instituição, mas desempenhou cargos de confiança dentro da Polícia, delegados por Borges de Medeiros. André Fertig busca compreender qual era a atuação política dos integrantes da Guarda Nacional, no período imperial, partindo da constatação de que a milícia teve grande papel para a sustentação da centralização do Império. Partindo da noção de clientelismo, o autor constata que a Guarda Nacional era utilizada como instrumento político. O ingresso e a ascensão na instituição eram baseados nas relações pessoais e nas trocas de favores, em que via de regra o mais poderoso auxilia e/ou oferece proteção a algum indivíduo, em que geralmente através de cargos políticos e outros favores, recebendo em troca algum benefício, geralmente em forma de apoio político e lealdade do cliente. Fertig compartilha da ideia de Richard Graham, de que “clientelismo significa tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes”. A Guarda era uma instituição propícia à criação de redes de clientela, pois ela possibilitava a concessão de proteção, cargos oficiais e outros favores. Para ingressar na Guarda Nacional, o indivíduo precisava passar pelo processo de Qualificação, por meio do qual eram confeccionadas listas, em forma de tabela de dados, tendo os seguintes componentes: nome, idade, estado civil, profissão ou emprego e renda. Estas listas eram feitas pelo alto oficialato para seleção de indivíduos aptos a servir na instituição. A composição das juntas de qualificação foram se modificando desde a criação da instituição em 1831. No período de 1850, a junta de Qualificação era composta por 3 oficiais escolhidos pelo presidente da província. Depois de passar por essa Junta, a lista ia para análise, para um Conselho de Revisão, composto pelo oficial mais graduado de cada localidade, pelo juiz municipal e o presidente da câmara. A partir do ano de 1850, a nomeação de oficiais subalternos e capitães estava sob a égide do governo, todas as promoções deveriam ser recomendadas pelos chefes dos corpos militares ao Presidente da Província, que repassava as recomendações à corte.⁶⁶ É possível levantar a hipótese de que, no período republicano, a Guarda Nacional continuou seguindo essa política clientelista, beneficiando os chefes partidários e seus coronéis locais, cedendo cargos em troca de lealdade e submissão ao Partido Republicano. Esta hipótese condiz com o sistema de cooptação das bases locais de Júlio de Castilhos, apresentado por Loiva Otero Félix. Segundo a autora, houve uma preocupação com

⁶⁶ FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850 - 1873)*. Editora UFSM, p. 17-26.

a montagem de uma base de apoio sólida, principalmente nas cidades do interior. Como moeda de barganha, houve a criação de “novos coronéis”, indicados pelo governo e cooptados pelos antigos, e uma reestruturação da Guarda Nacional através de decretos feitos por Fernando Abbott, antecessor de Júlio de Castilhos.⁶⁷

Tendo como parâmetro a divisão política do município em duas facções, que autodenominavam-se Carlistas, apoiadores de Carlos Barbosa Gonçalves e seus aliados, e Zeferinistas, apoiadores de Zeferino Lopes de Moura e aliados, como identificado por Sérgio da Costa Franco e também por mim através das correspondências analisadas, a escolha por não incluir Carlos Barbosa como personagem atuante na eleição acontece por não haver selecionado correspondência direta entre ele e os outros indivíduos escolhidos no período de recorte temporal desta pesquisa. Carlos Barbosa Gonçalves é mencionado em algumas correspondências, sendo contatado diretamente por Gabriel Gonçalves, em apenas uma missiva, na qual o remetente coloca Barbosa a par da situação política do município, pedindo que o mesmo venha a Jaguarão para angariar forças políticas através de antigas relações estabelecidas:

[...] A eleição está definitivamente assentada para o dia 26 de fevereiro e os cabos eleitorais continuam trabalhando com afinco, principalmente os marca Z, que com o maior arrojo abordam todos os nossos companheiros, valendo-se de quanto ardil existe para conseguir votos. Os nossos companheiros já principiaram a trabalhar e todas as noites nos reunimos na Intendência para trocar ideias. A nomeação do Amaro que a princípio desnorteara os nossos companheiros, está atualmente encarada como de nenhuma importância. Este continua na sua faina de conseguir eleitores, valendo-se da profissão que exerce para coagir as pessoas que o procuram e do cargo que desempenha para perseguir aqueles que não cedem à sua cabala. Muito preciosa seria a presença do amigo aqui, pois além de haverem divulgado que havia se retirado por motivos políticos e que não mais voltava, acresce que nas suas antigas relações há muitos que só a seu convite virão e é preciso fazermos esforços para que os dissidentes não tirem o terço, o que vai ser muito disputado.⁶⁸

Através das correspondências do fundo Borges de Medeiros, é possível inferir que Barbosa atuava por meio de Gabriel, este sendo seu parente, homem de confiança e braço direito. Carlos Otoniel Pacheco da Cunha em sua dissertação de mestrado intitulada “*Moço, inteligente e médico de competência notável*”: *antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves* (segunda metade do século XIX)⁶⁹, faz uma análise da

⁶⁷ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 134.

⁶⁸ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 23 de Janeiro de 1917. Destinatário: GONÇALVES, Carlos Barbosa. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

⁶⁹ CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “*Moço, inteligente e médico de competência notável*”: *antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves* (segunda metade do século XIX). Dissertação (mestrado em história) Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

trajetória política de Carlos Barbosa, buscando compreender como os capitais herdados por sua família (econômicos, políticos, simbólicos e sociais) e os adquiridos por ele auxiliaram a ter sucesso no campo político, utilizando diversos tipos de fontes em torno das famílias Gonçalves da Silva e Barbosa, além dos diversos discursos produzidos ao redor da figura de Carlos Barbosa, como sua biografia escrita por Otelo Rosa, o necrológico escrito no jornal *A Federação* e também a dedicatória no *Álbum Ilustrado do Partido Republicano*. Não cabe aqui discutir a trajetória de Carlos Barbosa, mas sim compreender seu papel como coronel, sendo chefe político local, desempenhando relações de poder com as esferas estadual e federal, tendo inclusive atuado como Presidente da Província dentro do denominado sistema castilhistaborgista (1908-1913) e posteriormente ocupando o cargo de senador.⁷⁰ Loiva Félix considera como borgismo o período de janeiro de 1889 até janeiro de 1928, quando Borges de Medeiros atuou como Presidente da Província e chefe do Partido Republicano Rio Grandense, incluindo o período de atuação de Carlos Barbosa, por seguir as mesmas diretrizes estabelecidas por Borges⁷¹. Não cabe a esta pesquisa aprofundar a discussão sobre a figura de Carlos Barbosa Gonçalves, mas é necessário a compreensão da importância das relações de poder estabelecidas pelo mesmo, em nível municipal, regional e federal. Sem contestar sua chefia política no município, partimos da hipótese de que Barbosa jamais deixou de influenciar a política municipal de Jaguarão, utilizando-se de aliados partidários que seguissem suas diretrizes, pedissem orientações, ou ainda, agia em uma estância superior, fazendo pedidos ao Presidente da Província para inviabilizar medidas que o contrariassem. Carlos Barbosa investiu em Gabriel Gonçalves delegando a ele capital político. Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu,

A aquisição de um capital delegado obedece a uma lógica muito particular: a investidura – propriamente mágica de instituição pelo qual o partido consagra oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a tradição de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser senão a contrapartida de um longo investimento de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição.⁷²

Gabriel Gonçalves da Silva nasceu em 25 de junho de 1868, e faleceu em 27 de março de 1959, aos 91 anos. Era sobrinho-neto de Bento Gonçalves⁷³, assim como seu primo, Carlos

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “*Moço, inteligente e médico de competência notável*”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2018, p. 21-24.

⁷¹ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 28.

⁷² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 192.

⁷³ BNDigital - *Jornal do Dia*, 04 de junho de 1959

Barbosa Gonçalves⁷⁴. Atuou como Intendente Municipal em Jaguarão, possuindo propriedade rural no município e também em Santa Vitória do Palmar⁷⁵. Não foi encontrado no Arquivo Público do Rio Grande do Sul inventário próprio, portanto, foi necessário analisar inventários que circundavam a figura do mesmo, sendo possível construir uma pequena árvore genealógica da família.

Figura 1 - Árvore genealógica da família de Gabriel Gonçalves.



Oriundo de família com forte tradição militar, tendo seu pai e irmãos patentes militares, o que denota grande prestígio social da família, atuou na revolução de 1893 como oficial das forças governistas que estavam organizadas no sul do estado⁷⁶ e, posteriormente, na Guarda Nacional, chegando à patente de tenente-coronel. As patentes militares pertencentes a seu pai e irmãos, demonstram que a família era possuidora de grande prestígio e capital simbólico. Pierre Bourdieu define capital político como uma forma de capital

⁷⁴ FRANCO, op. cit., p. 144.

⁷⁵ TIMM, Octacilio B; GONZALEZ, Eugenio. Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 250.

⁷⁶ BNDigital - *Jornal do Dia*, 04 de junho de 1959.

simbólico, em que os agentes conferem crença/reconhecimento a uma pessoa ou objeto, imbuindo-o de poderes que os mesmos reconhecem.⁷⁷ Assim,

O capital pessoal de notoriedade e de popularidade – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa reputação – é frequentemente/produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios [...] Este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida.⁷⁸

O capital simbólico e pessoal angariado por Gabriel Gonçalves é facilmente constatado na publicação de sua nota biográfica, no *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*, que circulou no ano de 1934, organizado e publicado por Octacílio B. Timm e Eugênio Gonzalez. De acordo com a nota,

O coronel Gabriel Gonçalves da Silva é adiantado fazendeiro, possuindo dois estabelecimentos modelares “Fazenda São João”, no Município de Jaguarão, e “Fazenda Santa Celinea”, no de Santa Vitória do Palmar. Republicano de grande prestígio no Município, o coronel Gabriel Gonçalves da Silva tem exercido altos cargos administrativos, inclusive o de Intendente Municipal, onde se manteve durante dois quadriênios. Na política do Município, tem sido um dos elementos mais destacados, ocupando o posto de chefe unipessoal republicano e, mais tarde, o de membro da Executiva Republicana.⁷⁹

Segundo Carlos Pacheco da Cunha, o *Álbum* circulou a partir do ano de 1934, e a intenção de seus organizadores era dar destaque aos republicanos “anônimos”, pois para eles, já havia muito material produzido e publicado sobre o Partido Republicano e seus políticos com maior projeção, falando-se das altas patentes e esquecendo o soldado. O *Álbum* inclui 74 municípios e apresenta cerca de 1.600 notas biográficas ao longo de aproximadamente 800 páginas.⁸⁰

Também é possível perceber o destaque ao capital político e simbólico de Gabriel Gonçalves em uma nota de pesar veiculada pelo *Jornal do Dia*, de Porto Alegre, emitida pela Assembleia Legislativa

[...] Os deputados que este subscrevem, pedem seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, em Jaguarão, do Coronel Gabriel Gonçalves da Silva.

⁷⁷ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 187-188.

⁷⁸ Ibidem, p. 190-191.

⁷⁹ TIMM, Octacílio B; GONZALEZ, Eugenio. *Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 250.

⁸⁰ CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “*Moço, inteligente e médico de competência notável*”: *antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves* (segunda metade do século XIX). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2018. p. 40-41.

A homenagem ora solicitada, mostra-se inteiramente procedente, eis que o ilustre extinto ocupava posição do maior relevo na sociedade rio-grandense, pelos seus atributos realçantes de homem público, digno cidadão e chefe de família, adiantado pecuarista.

Vale assinalar, também, os seus dotes de filantropo, principalmente revelados à frente do benemérito Asilo de Órfãos Felisbina Leivas, naquela cidade fronteiriça, durante muitos e consecutivos anos;

[...] pertencia à melhor estirpe rio-grandense, sobrinho-neto era de Bento Gonçalves, cujas tradições reverenciava e enaltecia, pelo seu espírito público, a serviço da terra natal.

Foi chefe político de ação desassombrada e firme, com largo e indiscutível prestígio pessoal.⁸¹

Além do capital político delegado, Gabriel Gonçalves construiu lentamente o que Bourdieu denomina como capital político pessoal, de notoriedade e popularidade, adquirido por manobras sutis, angariando confiança dentro do campo político.⁸² Grande parte do capital adquirido por Gabriel provém de seu grau de parentesco com Bento Gonçalves e Carlos Barbosa Gonçalves, além de ser um republicano histórico, atuante durante o período imperial com as formas de propaganda republicana.⁸³

Por não possuir inventário ou testamento, para realizar uma análise do capital econômico do qual Gabriel Gonçalves da Silva era detentor foram selecionados e fichados três inventários de indivíduos que deixaram e/ou compartilharam heranças com o republicano, sendo eles pertencentes à sua mãe, Joaquina Elisia Gonçalves, sua irmã, Maria Joanna Gonçalves da Silva, e de seu sogro, Manoel Basílio Marques, o qual foi inventariante como cabeça de sua esposa, Celinea Marques Gonçalves.

Segundo a partilha que consta no inventário, os bens de Joaquina Elisia Gonçalves somam a quantia de 74 contos e 900 mil réis, sendo o valor dividido entre os cinco herdeiros de maneira igual, equivalendo à 14 contos e 980 mil réis. Foi possível dividir os bens em 2 categorias: bens imóveis, representando as casas pertencentes à família, e bens rurais, representando campos e gado.

Tabela 2 - Bens de Joaquina Elysia.

	Valor	Representação percentual
Bens Imóveis	25 contos de réis	33,4%
Bens Rurais	49 contos e 900 mil réis	66,6%

⁸¹ BNDigital: *Jornal do Dia*, 4 de junho de 1959.

⁸² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 190-192.

⁸³ BNDigital: *Jornal do Dia*, 4 de junho de 1959.

Valor total	74 contos e 900 mil réis	100
-------------	--------------------------	-----

Por meio dos inventários amigáveis de Joaquina⁸⁴ e Maria Joanna⁸⁵, é possível perceber que a família optou pela divisão dos bens por parcela, dessa forma, todos os herdeiros compartilhavam de 1/5 de cada imóvel e campo.

Com a morte de Maria Joanna alguns anos depois, e a confecção de um novo inventário, foi possível chegar à conclusão de que esta herdeira de Joaquina não adquiriu outros bens, ficando as partes dos imóveis urbanos que lhe pertenciam destinadas à irmã, Eulina Gonçalves da Silva.

O outro inventário analisado pertence a Manoel Basílio Marques⁸⁶, que deixou como herdeiras duas filhas: Noêmia Marques de Medeiros, casada com Rafael Pereira de Medeiros, e Celinea Marques Gonçalves, casada com Gabriel Gonçalves da Silva. Os homens referidos acima atuaram como “cabeças de suas esposas”, realizando o processo de inventário. Segundo o alto da partilha amigável, os bens de Manoel equivaliam à quantia de 92 contos e 684 mil réis, constando uma dívida ativa de 8 contos e 885 mil réis referentes a uma ação judicial. Gabriel herda de seu sogro o valor total de 46 contos e 409 mil réis, retornando uma quantia de 67 mil réis a Raphael, para que o valor herdado ficasse dividido igualmente. Manoel era um grande investidor, possuindo várias ações que representavam boa parte de seu patrimônio, entre elas, ações relativas ao Teatro Esperança, de Jaguarão, Companhia Luz Elétrica Jaguareense e Viação Rio Grande.

Os bens de Manoel puderam ser divididos em três categorias: bens imóveis, ações e apólices e móveis usados, esta última abrangendo a mobília deixada pelo falecido, conforme a divisão apresentada na tabela 3.

Tabela 3 - Bens de Manoel Basílio Marques.

Bens Imóveis	20 contos e 500 mil réis	22,1%
Ações e Apólices	72 contos e 100 mil réis	77,8%
Móveis Usados	84 mil réis	0,1%
Valor total dos bens	92 contos e 684 mil réis	100

⁸⁴ APERS – inventário de Joaquina Elysia Gonçalves. Autos n. 343. Maço n. 11. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1900.

⁸⁵ APERS – inventário de Maria Joanna Gonçalves da Silva. Autos n. 442. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1908.

⁸⁶ APERS – inventário de Manoel Basílio Marques. Autos n. 417. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1906.

A partir dos inventários citados acima, é possível afirmar que Gabriel Gonçalves da Silva era detentor de um capital econômico de pelo menos 61 contos 389 mil réis, dentre eles incluindo bens como imóveis, campos, ações e apólices.

Pedro Frederico Rache, nascido em 1852, filho de Pedro Silvestre Rache e Maria Roy Rache⁸⁷, foi um dos fundadores do Clube Republicano Jaguareense, tendo seu nome constado já na ata da primeira reunião do Clube⁸⁸ Comerciante, sócio na empresa Leivas & Cia, do ramo de navegação a vapor, que possuía linhas que conectavam Jaguarão a Santa Vitória do Palmar, Pelotas e Rio Grande, além da venda de diversos produtos como secos e molhados, arames, erva-mate, compra e madeiras, prestando ainda serviços cambiários, como compra e venda de ouro.⁸⁹ Nesta empresa, Rache possuía um fundo capital de 42 contos de réis.⁹⁰ Também era sócio de Barão Tavares Leite na empresa Rache, Leite & Cia.⁹¹

Foi atuante dentro da Guarda Nacional, chegando ao cargo de Tenente Coronel e ao comando do 150º Batalhão de Infantaria no ano de 1902. Também chegou a altos escalões na Maçonaria, no ano de 1898 sendo Mestre de Cerimônia de grau 30⁹², e em 1911, tornou-se *Venerável* da loja *Luz Transatlântica* de Jaguarão.

Segundo Eliana Colussi, a maçonaria é uma instituição filantrópica e humanística que atuou, direta ou indiretamente, nos grandes movimentos políticos e culturais dos séculos XVIII e XIX. Sua instalação no Rio Grande do Sul ocorreu no ano de 1830, consolidando-se de fato na segunda metade do século. Neste período, a instituição era permeada por valores cientificistas e liberais. Para a autora, os maçons gaúchos, compostos da elite regional, participaram ativamente da política e cultura, defendendo o processo de laicização do Estado, sobretudo na separação entre Estado e Igreja.⁹³ O cargo de venerável era votado entre os membros da Loja, sendo este responsável pela representação da mesma.⁹⁴

⁸⁷ Habilitação para casamento de Pedro Frederico Rache.

⁸⁸ Ata do Clube republicano, 30 de julho de 1882. Como referenciar?

⁸⁹ Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica – *Jaguarão Ilustrado Católico*, 22 de outubro de 1900 – Documento físico disponível no IHGJ.

⁹⁰ APERS - inventário de Belarmina Bezerra Rache. Autos n. 399. Maço n. 9. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1898.

⁹¹ BNDigital - Almanak, 1913, edição B.

⁹² BNDigital - Boletim do grande oriente do Brasil, março de 1898

⁹³ COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando Ramas de Acácia: A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História. 1998. 489f. p.4.

⁹⁴ COLUSSI, Ibidem, p. 126.

Rache teve seu primeiro casamento com Belarmina Bezerra Rache, falecida em 28 de abril de 1898. Filha de José Maria Bezerra, Belarmina não teve filhos, deixando como herdeiros seu pai e o viúvo. Através do inventário de Belarmina⁹⁵, é possível ter acesso aos bens e patrimônio do casal. É possível dividir os bens em quatro categorias: bens imóveis, concernente aos imóveis do casal; bens rurais, que compreende imóveis e bens rurais, além de campos e animais; móveis usados, relativo à mobília que o casal possuía e fundos e ações, referente ao fundo que Pedro Rache possuía na empresa Leivas & Cia, além de ações do Teatro Esperança.

Tabela 4 - Bens do Casal Pedro Frederico Rache e Belarmina Bezerra Rache.

Bens Imóveis	12 contos de réis	19,1
Bens Rurais	7 contos 541 mil réis	12
Móveis Usados	801 mil réis	1,3
Fundos e Ações	42 contos e 400 mil réis	67,6
Valor total dos bens	62 contos 742 mil réis	

Após a partilha amigável de bens com o sogro, Pedro Frederico Rache ficou detentor do capital de 31 contos e 371 réis, além de pagar taxas e despesas decorrentes do processo, divididas com José Maria Bezerra.

Por meio do inventário é possível concluir que o casal Pedro e Belarmina foi possuidor de um capital avaliado posteriormente em 62 contos e 742 mil réis.

Em 1902, aos 50 anos, Pedro Rache contraiu o segundo casamento, com Elvira Rodrigues de Faria, de 32 anos, natural de Jaguarão.⁹⁶ Os dois dividem o mesmo jazigo, localizado no Cemitério das Irmandades de Jaguarão. Através das fontes utilizadas não foi possível constatar se os dois deixaram descendentes.

Zeferino Lopes de Moura nasceu em Herval, em 26 de agosto de 1856⁹⁷, aventurou-se no ramo do charque, sendo um dos maiores charqueadores da região para advogar a favor dos interesses daquela coletividade⁹⁸. Foi idealizador, fundador e presidente da Sociedade

⁹⁵ APERS - inventário de Belarmina Bezerra Rache. Autos n. 399. Maço n. 9. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1898.

⁹⁶ APERS – habilitação para casamento Pedro Frederico Rache.

⁹⁷ PIÑERO, Liana Nadine. Arte e discursos do cemitério das irmandades de Jaguarão nas primeiras décadas da república. 2018. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2018. p. 29.

⁹⁸ BNDigital - *A Federação*, 10 de julho de 1903.

Pastoril-Industrial, que tinha como objetivo reunir estancieiros da região. Em circular publicada pelo jornal *A Federação* e assinada por Zeferino

Com o intuito de melhorar a nossa precária situação de fazendeiros e bem assim a das indústrias que tem por base os produtos pecuários, lembrei-me, como o melhor meio de conseguir esse resultado, de fundar uma Sociedade Pastoril-Industrial que terá por fim principal advogar e proteger nossos interesses⁹⁹

A matéria considera a fundação desta sociedade “um exemplo digno de ser imitado, e que carece de ampla generalização”, fazendo votos para que outras sociedades similares se espalhem pelo estado.¹⁰⁰ Estava envolvido com a Associação Comercial da cidade de Jaguarão, ocupando o cargo de diretor na mesma.¹⁰¹

Segundo Sérgio da Costa Franco, Zeferino era um homem de instrução média, não possuindo ensino superior. Era grande fazendeiro em Herval e nutria interesses em Jaguarão. Foi comandante de um corpo provisório em 1893, organizado em Herval. Prestando serviços na Guarda Nacional, assim como seu rival Gabriel Gonçalves, no ano de 1904 foi promovido ao cargo de coronel e comandante da 69ª Brigada da Guarda Nacional, sediada em Jaguarão.¹⁰² Integrou a maçonaria, sendo sócio da loja maçônica Luz Transatlântica e pertencendo ao grau 30.¹⁰³ Através de sua trajetória nestas duas instituições, é possível afirmar que Zeferino detinha grande capital pessoal.

Detentor de grande capital político, é possível notar o discurso que permeia a notícia de seu aniversário natalício, veiculada pelo jornal *A Federação*:

Durante a noite [anterior], seus companheiros políticos enfeitaram a frente de seu palacete com arcos, folhagens, galhardetes [...] sendo por essa ocasião atirado grande quantidade de foguetes. [...]
A noite reuniu-se o partido no edifício do tribunal e suas imediações e às vinte e meia horas partiram dali os manifestantes tendo a sua frente a comissão promotora dos festejos, os conselheiros municipais, representantes da imprensa, puxados pela banda de música do 57º batalhão de caçadores, no centro a banda de música dos operários, fechando a coluna a banda do 12º regimento de cavalaria.¹⁰⁴

Após a eleição de 1917, integrou a Comissão Executiva do Partido em Jaguarão, e em 1925, atuava politicamente em Herval, também na Comissão Executiva do Partido Republicano daquele município.¹⁰⁵

⁹⁹ BNDigital - *A Federação*, 20 de julho de 1903.

¹⁰⁰ BNDigital - *A Federação*, idem.

¹⁰¹ BNDigital - *A Federação*, 23 de fevereiro de 1917.

¹⁰² BNDigital - *A Federação*, 08 de setembro de 1904.

¹⁰³ BNDigital - *Grande Oriente do Brasil* – nº 6 21º ano 1896.

¹⁰⁴ BNDigital - *A Federação*, 28 de agosto de 1916.

¹⁰⁵ BNDigital - *A Federação*, 23 de julho de 1925.

Referente ao seu capital econômico, não foi possível localizar testamento ou inventário próprio de Zeferino Lopes de Moura. A análise realizada parte do inventário de Laureana Cândida de Moura¹⁰⁶, esposa, falecida em 15 de dezembro de 1905, em que são partilhados os bens do casal.

Segundo o inventário, os bens do casal totalizam a quantia de 476 contos 421 mil 920 réis, incluindo uma dívida passiva de 81 contos 287 mil 920 réis e uma dívida ativa de 282 contos 876 mil 870 réis, ficando líquida a quantia de 190 contos 545 mil e 50 réis para a divisão dos herdeiros. A divisão do valor é feita em duas partes iguais, na quantia de 95 contos 272 mil 520 réis, ficando uma para o viúvo meeiro e outra para divisão entre as duas filhas do casal, Lucília Evangelina e Leontina Ederlinda de Moura.

Através do inventário e de um anúncio de casamento no jornal A Federação, é possível montar uma pequena árvore genealógica da família de Zeferino.

Figura 2. Árvore genealógica da família de Zeferino Lopes de Moura.



¹⁰⁶ APERS – inventário de Laureana Cândida de Moura. Autos n. 457. Maço n.15. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1909.

Manoel Amaro Júnior, filho do general Manoel Amaro Barbosa, falecido em 11 de abril de 1889, foi um médico homeopata¹⁰⁷ residente em Jaguarão¹⁰⁸. Envolveu-se na Sociedade Pastoril-Industrial juntamente com Zeferino.¹⁰⁹ Amigo próximo de Zeferino Lopes de Moura, foi indicado pelo mesmo para a chapa do futuro Conselho Municipal¹¹⁰ e para o cargo de delegado, no qual utilizou de seus poderes para angariar votos/constranger adversários de Zeferino na eleição de 1917, ameaçando e prendendo eleitores que votassem em Pedro Frederico Rache, representante carlista. Conseguindo a oposição ter o terço da votação e, portanto, representação, ficou como suplente da Comissão Executiva do Partido em Jaguarão.¹¹¹

Após a referida eleição, apesar do controverso episódio, seguiu imbuído de prestígio dos munícipes e do Partido, como observável em nota de aniversário atrelada ao jornal *A Federação*

[...]foi ontem muito felicitado o dr. Manoel Amaro Júnior, delegado judiciário deste município e membro suplente da comissão executiva do partido republicano local. Durante o dia, afluíam ao consultório do apreciado clínico numerosos clientes levando-lhe flores, os quais eram, na maioria, enfermos pobres. À noite, em sua residência, repleta de amigos e famílias, foram testemunhar-lhes seu apreço.¹¹²

É possível observar que o jornal atribuiu ao médico as qualidades de altruísmo e filantropia, dando destaque ao termo “enfermos pobres”. A ação de médicos filantropos junto a população rendiam apoio e voto das clientelas, dos quais possivelmente Manoel Amaro também fez uso. Em relação a gratuidade do atendimento, os doutores realizavam o serviço tendo em vista que receberiam algo em troca, não sendo pagamento de forma monetária, mas sim o sentimento de obrigação, respeito, dívida, entre outros, que, futuramente, viriam a se converter em votos e campanhas. A profissão de médico era comumente utilizada com fins políticos.¹¹³

¹⁰⁷ Manoel Amaro Júnior é citado no Almanak Laemmert na seção *Médicos*, e posteriormente na seção *Médicos Homeopatas*, dando a entender que era formado em medicina, sendo a homeopatia uma especialização e chamariz de seu consultório.

¹⁰⁸ Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica – *O Comércio*, 22 de outubro de 1903 – Documento físico disponível no IHGJ.

¹⁰⁹ BNDigital - *A Federação*, 26 de setembro de 1912.

¹¹⁰ *A Federação* 26/06/1916

¹¹¹ BNDigital - *A Federação*, 19 de março de 1917.

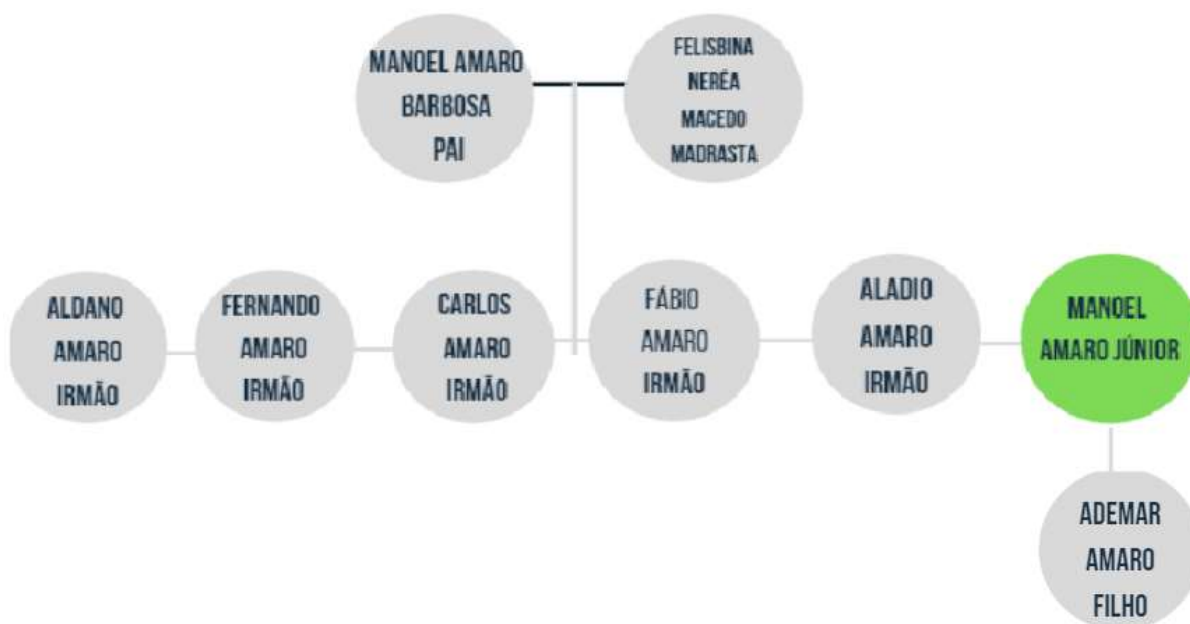
¹¹² BNDigital - *A Federação*, 29 de novembro de 1917.

¹¹³ WITTER, 2007, p. 321 apud CUNHA, 2018, p. 166.

Soldado fiel de Borges de Medeiros, atingiu o cargo de tenente-coronel, organizou e comandou um corpo provisório no Município¹¹⁴, nomeado 14º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, contando com o contingente de mais de 300 homens.¹¹⁵

Não consta a existência de inventário ou testamento próprio no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, sendo possível localizar apenas o inventário de seu pai, general Manoel Amaro Barbosa, casado em segundas núpcias com Felisbina Neréa Macedo de Amaro, que possuía seis filhos do primeiro casamento. Ao que foi possível observar, a viúva meeira não herdou nada, sendo o valor total dos bens, correspondente a 11 contos e 700 mil réis, dividido igualmente entre os filhos, resultando em 6 parcelas de 1 conto e 950 mil réis. Entre os seus bens, constavam apenas dois itens: parte de uma chácara nos subúrbios da cidade, que correspondia ao valor de 10 contos e 500 mil réis, e um carro de quatro rodas, avaliado em 1 conto e 200 mil réis.

Figura 3 - Árvore genealógica da família de Manoel Amaro Júnior.



Manoel foi assassinado em 1 de agosto de 1925, juntamente com seu filho, o farmacêutico Ademar Amaro, por Octávio Esteves, estancieiro em Arroio Grande e oficial Maragato da Guarda Nacional¹¹⁶. Naquele impreterível dia, caminhando pela rua, Manoel e Octávio cruzaram-se em direções opostas, Octávio Esteves virou-se, sacou sua pistola “parabellum” de alto calibre e almejou o tenente-coronel pelas costas, tiro esse que acertou a

¹¹⁴ BNDigital - *A Federação*, 21 de novembro de 1924.

¹¹⁵ BNDigital - *A Federação*, 02 de fevereiro de 1925.

¹¹⁶ NETO, João Félix Soares. *O cigarro ensanguentado e outros contos*. Pelotas: Ponto de Vista, 2007. p. 19

perna e o fez cair. Voltando ao corpo de Manoel, Octávio desferiu-lhe outro tiro, causando desta vez um ferimento mortal, próximo ao pescoço do médico. Após o frio assassinato do pai, Ademar foi atrás de Octávio, gritando-lhe que se virasse, pois não lhe atirava pelas costas. Octávio então virou-se e atirou em Ademar, atingindo mortalmente seu ventre. O jovem, mesmo caído no chão, disparou contra Octávio Esteves, atingindo-lhe superficialmente o peito. Octávio foi preso em flagrante, sendo recolhido à cadeia, assinando o auto do flagrante com pulso firme e posteriormente pedindo um mate, sem demonstrar remorso.¹¹⁷ Ao que consta, a richa entre os cavalheiros ocorreu devido à invasões e apropriação indevida de reses pertencentes a Esteves por parte dos legalistas comandados por Amaro.¹¹⁸

Genes Gentil Bento era diretor da política local de Canguçu. Seu pai, Antônio Joaquim Bento, foi deputado provincial em duas legislaturas ainda no período do império, militante do partido liberal.¹¹⁹ Provavelmente alçado pelo capital político de seu pai, alcançou o cargo de Intendente Municipal de Canguçu. Em sua reeleição no ano de 1912, teve sua vitória descrita como brilhante e sem discrepâncias pelo jornal *A Federação*, que exaltava as qualidades do referido como chefe local:

[...] Não houve ali discrepância de opiniões, nem dispersão de esforços: o partido republicano disciplinado, coeso, uniforme, acudiu ao apelo do dever cívico, para a sagração do benemérito patricio, a cuja orientação, critério e descortino já muito deve o florescente município.

Enfeixando nas suas mãos as responsabilidades de administrador e de chefe, resumindo abnegadamente as funções de intendente e de diretor espiritual de coletividade política dali, o coronel Genes Bento tem sabido manter o partido republicano de Canguçu como uma força eficiente, decisiva e pronta no serviço dos interesses gerais [...].¹²⁰

Genes atuou como subchefe de polícia da 4ª e 1ª Região.¹²¹ Segundo Loiva Félix, os cargos da Polícia eram designados pelo Governador, tanto para as Chefias quanto para as Subchefias, sendo a lealdade partidária e confianças essenciais para nomeação ao cargo. Segundo a autora, as subchefias atuaram como intermediadoras da força do poder político estadual, sendo o principal órgão policial e com função e poder político.¹²²

Tido como representante de Borges de Medeiros, gozando de extrema confiança do chefe republicano, a ele eram atribuídas as funções de mediação de conflitos e garantia da

¹¹⁷ BNDigital - *A Federação*, 5 de agosto de 1925.

¹¹⁸ NETO, op. cit., p. 21.

¹¹⁹ BNDigital - *A Federação*, 12 de junho de 1913.

¹²⁰ BNDigital - *A Federação*, 08 de agosto de 1912

¹²¹ BNDigital - *A Federação*, 16 de abril de 1917

¹²² FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 134 - 135.

regularização do processo eleitoral, atuando não apenas na eleição municipal de Jaguarão em 1917, mas em pelo menos mais dois municípios: em Santa Cruz, no mesmo ano, e na cidade de Triunfo, em 1924.

Atuou ainda como notário na cidade de Porto Alegre¹²³, chefe de polícia¹²⁴, membro da Comissão Executiva do Partido daquele município e vice-presidente do centro republicano Júlio de Castilhos.¹²⁵

Não constando inventário ou testamento próprio de Genes Gentil Bento, nem de seu pai, não é possível realizar uma análise do capital econômico da família. Foi possível, contudo, construir uma pequena genealogia, através de notícias de periódicos disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Figura 4 - Árvore genealógica da família de Genes Gentil Bento.



¹²³ BNDigital - *A Federação*, 21 de maio de 1923

¹²⁴ BNDigital - *A Federação*, 24 de maio de 1917

¹²⁵ BNDigital - *A Federação*, 16 de novembro de 1923

Estabelecendo uma comparação entre os indivíduos analisados em relação a seus respectivos capitais econômicos, é possível concluir que Zeferino Lopes de Moura era o possuidor de maior riqueza, sendo detentor de mais que o dobro das posses dos demais indivíduos analisados. Manoel Amaro Júnior era o detentor de menor número de posses, sobressaindo-se, igualmente, pela discrepância em relação aos demais. Naturalmente, a que se levar em conta a relativa carência documental para aferir este tipo de dado nesta pesquisa, uma vez que os números obtidos são todos indiretos.

Tabela 5 – Riqueza dos personagens.

Personagem histórico	Capital Monetário Constatado
Zeferino Lopes de Moura	190 contos 545 mil e 50 réis
Pedro Frederico Rache	62 contos e 742 mil réis
Gabriel Gonçalves da Silva	61 contos e 389 mil réis
Manoel Amaro Júnior	1 conto e 950 mil réis

É necessário salientar, ainda, que os valores acima são parciais, pois as riquezas dos indivíduos podem passar por diversas alterações durante curtos períodos de tempo, havendo ainda a possibilidade de existir bens que não foram declarados no inventário, prática que se configura ilegal, mas que ocorria. Ressalto que estes valores não integram a totalidade dos bens que os indivíduos possuíam à data de sua morte, pois como já explicado acima, não foi possível localizar nenhum inventário próprio destes indivíduos, tendo sido necessário recorrer a inventários de familiares para ser possível chegar nestes valores. Os valores acima correspondem ao maior constatado ao indivíduo, ou seja, no caso dos inventários de casal, o valor total dos bens. Todos os valores acima estão livres de dívidas, configurando-se no valor líquido dos bens.

Como parâmetro para compreender os números acima, vou estabelecer alguns valores para comparações. Um periódico semanal que circulava na cidade, *O Ideal*, tinha os seguintes valores¹²⁶ relativos à sua assinatura

Por mês	1 mil réis
Nº Avulso	300 réis

Valores dentro da Cidade

Trimestre	4 mil réis
Semestre	7 mil réis

Valores para Fora

¹²⁶ Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica. *O Ideal*, 16/10/1904. Documento físico disponível no IHGJ.

Em valores maiores, é possível estipular o valor de imóveis: o casal Pedro Frederico Rache e Belarmina Bezerra Rache era possuidor de uma casa assobradada na rua XV de Novembro, conhecida como Rua do Comércio, localizada no centro comercial do município, avaliada em 12 contos de réis.¹²⁷ Gabriel Gonçalves era detentor da quarta parte de um prédio, dividido com seus irmãos, localizado na rua General Deodoro, localizada também no centro comercial de Jaguarão, avaliado também em 12 contos de réis.¹²⁸ Manoel Basílio Marques, sogro de Gabriel Gonçalves, possuía uma casa assobradada na rua 27 de Janeiro, uma das principais do Município, também central, avaliada em 14 contos de réis.¹²⁹ Gabriel Gonçalves possuía quatro imóveis, divididos com os irmãos, situados na rua dos Andradas, um pouco mais distante do centro comercial municipal, cada um avaliado em 1 conto e 200 mil réis.¹³⁰

Os valores descritos acima correspondem ao período de 1898 e 1908, uma faixa de 10 anos. É possível perceber que o valor dos bens de Zeferino Lopes de Moura correspondem ao valor total de mais de 15 casas localizadas no centro da cidade, enquanto o capital monetário total de Manoel Amaro Júnior corresponde pouco mais que o valor de uma casa na rua dos Andradas.

¹²⁷ APERS - inventário de Belarmina Bezerra Rache. Autos n. 399. Maço n. 9. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1898

¹²⁸ APERS – inventário de Maria Joanna Gonçalves da Silva. Autos n. 442. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1908.

¹²⁹ APERS – inventário de Manoel Basílio Marques. Autos n. 417. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1906.

¹³⁰ APERS – inventário de Maria Joanna Gonçalves da Silva. Autos n. 442. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1908

3. A ELEIÇÃO DE 1917

O terceiro capítulo desta pesquisa centra-se na análise das correspondências trocadas entre os atores envolvidos na eleição municipal para a intendência de Jaguarão, realizada em 26 de fevereiro de 1917.

As missivas foram selecionadas por suas temáticas, correspondendo a cerca de 20 correspondências e estão disponíveis no Fundo Borges de Medeiros, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e também no arquivo Léo Santos Brum, no Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. As cartas que compõe esta pesquisa, correspondendo ao total de 15, foram filtradas por assunto, pois há cartas contendo o mesmo texto que foram encaminhadas para mais de um destinatário. O tratamento dado a este tipo de fonte necessita de extremo cuidado devido à parcialidade do correspondente quanto aos relatos e pedidos.

Carina Martiny realizou uma pesquisa sobre o fundo Júlio de Castilhos, fazendo uma análise qualitativa do conteúdo das correspondências trocadas entre o chefe partidário e seus correligionários, com a finalidade de identificar as estratégias utilizadas pelas lideranças para garantir a manutenção do poder e seus lugares na hierarquia social.¹³¹ A autora constata que não era qualquer cidadão que mantinha correspondência direta com os chefes partidários. A maioria das correspondências partiam de lideranças locais, que agregavam capital político e que poderiam ser utilizados para benefício do partido.¹³² Martiny ainda ressalta temáticas recorrentes das missivas, que envolviam pedidos de cargos, favores, parabenizações e questões eleitorais.¹³³ As observações feitas por Martiny também podem ser aplicadas à correspondência do fundo Borges de Medeiros e às missivas selecionadas do arquivo Léo Santos Brum. Através das correspondências analisadas a seguir, buscarei compreender as relações sociais encontradas, visando entender como as mesmas se desenrolavam em torno dos conceitos de clientelismo e coronelismo.

José Murilo de Carvalho analisou, de forma qualitativa e quantitativa, o conteúdo das correspondências de Rui Barbosa, durante os anos de 1889 a 1891, período em que ele foi

¹³¹ MARTINY, Carina. *Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na primeira república* (Rio Grande do Sul, 1899'-1900). Revista Latino Americana de História. Unisinos. Vol 3, nº 11. Setembro de 2014, p. 133.

¹³² Ibidem, p. 135.

¹³³ Ibidem, p. 137.

Ministro da Fazenda. Carvalho faz várias divisões relativas às correspondências. Quanto aos remetentes, classifica-os em: chatos e insistentes (os que mais se correspondiam), os exigentes, os chorões (que choravam as mazelas e faziam queixas) e os práticos (que iam direto ao assunto). Carvalho analisa o grupo dos remetentes, classificando-os, ainda, por localidade e ocupação.¹³⁴ O autor analisou as correspondências também quanto a assunto, pronomes de tratamento, pessoas jurídicas e físicas.¹³⁵ As metodologias de Carvalho e Martiny serão de extrema importância, pois ao fazer a análise qualitativa do conteúdo das correspondências será possível visualizar uma rede de relações sociais, além dos fenômenos políticos em nível nacional que também se manifestavam no município.

Para José Maria Imízcoz Beunza e Lara Arroyo Ruiz, a correspondência pessoal é uma fonte de primeira magnitude para o estudo das relações entre os atores sociais. A correspondência é a única fonte capaz de comprovar diretamente a relação entre dois indivíduos, sem nenhuma interferência de instituições – como atas da câmara, certidões de batismo, entre outros¹³⁶. Uma grande crítica ao uso das correspondências pessoais na produção do trabalho historiográfico é a sua escassez, privilegiando a elite, pois se conservam vários documentos relativos a políticos, comerciantes e clérigos.¹³⁷ Os autores afirmam que a análise intensiva do conteúdo das correspondências é lento. É necessário compreender os indivíduos, quem são uns em relação aos outros, como as pessoas mencionadas se relacionam, como as relações se mantêm, e que negócios, favores e informações os indivíduos compartilham.¹³⁸ A análise qualitativa das correspondências pessoais nos permite observar como funcionava na prática a relação entre os atores, revelando suas dimensões, conflitos, solidariedades e negociações.¹³⁹ A análise intensiva da correspondência selecionada irá contribuir para a compreensão de como se desenrolavam as relações clientelistas e coronelistas dentro do Partido Republicano Rio-grandense, a influência dos atores perante o chefe partidário, a relação de adversidade e a dissidência intrapartidária que os dois protagonizaram.

¹³⁴ CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a Razão Clientelista: Revista dados, Rio de Janeiro. Vol. 43, nº1, 2000, p. 6.

¹³⁵ Ibidem, p. 12.

¹³⁶ BEUNZA, José Maria Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones a la reconstrucción de redes egocentradas. Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales, v. 21, 2011, p. 100.

¹³⁷ Ibidem, p. 102.

¹³⁸ Ibidem, p. 104.

¹³⁹ Ibidem, p. 107.

O processo eleitoral municipal de Jaguarão, ocorrido em 1917, foi tempestuoso. Através da análise do Fundo Borges de Medeiros, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Sérgio da Costa Franco chega à conclusão que o município estava dividido em duas facções rivais: os carlistas e os zeferinistas, alcunhas dadas devido aos seus representantes, respectivamente Carlos Barbosa Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura¹⁴⁰. Posteriormente, será possível observar que tais alcunhas são tomadas e utilizadas pelos próprios atores aqui estudados. As oposições chegavam a disputar entre si as eleições, publicar jornais próprios e inclusive intitular-se maioria e minoria nas Comissões Executivas do Partido.¹⁴¹

Para Franco, a praxe do governo Borgista de manter uma chefia unipessoal em cada município era responsável pelo surgimento das dissidências intrapartidárias, comuns em vários municípios, tanto pequenos, como Herval ou Pinheiro Machado, quanto nos com maior representatividade, como Pelotas, Santa Maria, Uruguaiana e Rio Grande.¹⁴²

Em *Coronelismo, Borgismo, e cooptação política*, Loiva Félix também analisa o Fundo Borges de Medeiros, e chega à constatação de que

No modelo borgista não pode ser esquecida a tática de Borges de Medeiros em manter o partido sempre fracionado. Dividir permanentemente a base dos coronéis, para ter poder de barganha, foi a política facilmente constatada na documentação por nós consultada no arquivo Borges de Medeiros (IHG/RS), referentemente aos municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões.¹⁴³

Franco irá contestar a afirmação de Félix, pois, para ele, Antônio Augusto Borges de Medeiros possuía poder hegemônico e efetivo, como tutor de polícia, “detentor” de cargos públicos e outras funções atribuídas ao Presidente da Província que lhe davam condições de dispensar qualquer tipo de barganha com os coronéis locais.¹⁴⁴

O fracionamento do poder entre os coronéis locais e a existência de uma oposição intrapartidária ativa dentro do município eram formas de evitar a abstenção de votos e a ruptura do partido. Como demonstrado por Carina Martiny, no município de Nova Petrópolis não se realizou o processo eleitoral no ano de 1899, devido ao insignificante número de

¹⁴⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 131-174.

¹⁴¹ *Ibidem*, p. 131.

¹⁴² *Ibidem*, p. 133.

¹⁴³ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 83.

¹⁴⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 132.

votantes, tendo comparecido apenas os mesários das duas seções e seis eleitores. Entre os motivos para a explicação da abstenção da população frente à disputa eleitoral, estava a inexistência de uma oposição. Havia apenas um candidato concorrendo ao cargo, julgando a população este ser eleito até sem votos daquele distrito.¹⁴⁵ Era necessário manter uma oposição participava, ainda que garantindo a impossibilidade de sua vitória, pois promovia a mobilização do eleitorado.¹⁴⁶ Segundo Franco, a política do governo Borgista de fracionamento do poder teria o intuito de garantir a unidade do partido¹⁴⁷, impedindo o descontentamento da oposição municipal, que ao ter seus pedidos atendidos, ficaria menos suscetível à ideia de uma aliança com o Partido Federalista e a romper com o Partido Republicano.

Neste aspecto, entramos em acordo com Félix e Martiny, considerando a ideia de ruptura com o Partido Republicano Rio-grandense uma forma de barganha que os coronéis possuíam frente ao Governo. Havia a necessidade da garantia de estabilidade e participação política dos eleitores nos municípios e, para isso, tornar legal o rito republicano do processo eleitoral era uma das funções primordiais exercidas pela figura do coronel. A tática de fracionamento do poder utilizada por Borges de Medeiros era a garantia de que ele sempre teria influência no Município, através de um coronel ou outro, atendendo pedidos ora de um, ora de outro, trocando benefícios pelos sentimentos de “gratidão” e “estar em dívidas”, visando contentamento de ambos os lados, evitando a extinção de seu poder direto e influência nestas localidades.

Após analisar o Fundo Borges de Medeiros, Franco constata que Carlos Barbosa possuía liderança política absoluta em Jaguarão, além de exercer influência nos municípios vizinhos. As correspondências entre Barbosa e Borges de Medeiros são numerosas, abrangendo várias indicações e pedidos para cargos públicos, além dos pedidos de empenho.¹⁴⁸ Ainda sobre a relação de Barbosa com os chefes partidários, o autor conclui que

Por várias razões, o comando político do PRR em Jaguarão fugiu aos padrões dos demais municípios. Sobretudo, pela circunstância de possuir um chefe altamente prestigiado, que chegou sem esforço a Presidente do Estado no quinquênio de 1908 a 1913, e a Senador da República em 1920. A relação de Carlos Barbosa com os chefes estaduais do Partido sempre se manteve num nível de parceria e companheirismo, o que lhe era assegurado por vários fatores: pela formação acadêmica, pela tradição republicana de sua família (era sobrinho-neto de Bento

¹⁴⁵ MARTINY, Carina. As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 102.

¹⁴⁶ Ibidem, p. 103.

¹⁴⁷ FRANCO, op. cit., p. 132.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 135.

Gonçalves), pela independência financeira e boa condição econômica, pelas ligações que possuía no Uruguai. Poucos chefes municipais exibiriam um currículo tão forte. E isso explica que ele não fosse apenas um “coronel” partidário a mais, com influência limitada a Jaguarão.¹⁴⁹

O adversário político de Barbosa, Zeferino Moura, era oriundo do município de Herval, descrito por Franco como homem de relevo social incontestável. Foi militar, comandante de um dos corpos provisórios organizados em Herval, e ao fixar-se em Jaguarão, prosperou no ramo de charqueada e se engajou na Sociedade Pastoril, Agrícola e Industrial, organizando exposições e atuando na presidência da mesma.¹⁵⁰

O cidadão e político que pretendeu quebrantar a hegemonia de Carlos Barbosa em Jaguarão chamava-se Zeferino Lopes de Moura (nascido em Erval em 26/08/1856 e falecido em 17/09/1929). Homem de instrução média, sem curso superior, era, entretanto, grande fazendeiro em Herval, e também possuía interesses em Jaguarão, onde teve participação atuante na propaganda republicana e na campanha abolicionista.¹⁵¹

A saída de Carlos Barbosa do poder municipal levou à divisão da direção do Partido Republicano Jaguareense. Gabriel Gonçalves e Faustino José Corrêa agora dirigiam o partido frente à uma Comissão Executiva, sendo Carlos Barbosa responsável pela resolução de discrepâncias entre os dois.¹⁵²

Vitor Nunes Leal enumera o aspecto absenteísta dos coronéis. Para ele, o coronel local torna-se absenteísta quando adquire algum cargo de maior poder e influência, geralmente nas capitais, voltando ao município periodicamente apenas para fins políticos ou para visitar familiares. Apesar disso, continuavam a exercer poder local, com os chamados lugares-tenentes.

Pela definição de Leal, o lugar-tenente era um homem de estrita confiança do chefe afastado, que ficava no interior e era subordinado ao poder do chefe maior.¹⁵³ Neste ponto, podemos caracterizar Carlos Barbosa Gonçalves como coronel local e Gabriel Gonçalves da Silva como seu lugar-tenente.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 135-136.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 138.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Ibidem, p. 144.

¹⁵³ LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 24.

Ao ler o capítulo intitulado *O dissídio entre os chimangos: carlistas e zeferinistas* do livro *Gente e Coisas da Fronteira Sul*, é perceptível o uso do termo coronel, várias vezes, entre aspas. Creio que talvez não coube ao autor a discussão, mas aqui, não irei temer o debate e emprego do conceito.

A existência do coronelismo no Rio Grande do Sul foi negada dentro da historiografia clássica do estado. Loiva Félix caracteriza a historiografia clássica gaúcha como positivista e impregnada da descrição das ações coronelistas. Para a autora, reconhecer a existência do coronelismo dentro do Rio Grande do Sul seria uma forma de igualar o estado com o processo político que ocorria nos demais estados brasileiros, quebrando com a imagem de força e bravura que era criada para o estado sulino. O que é encontrado na historiografia clássica é a exaltação da estabilidade política da região, como resultado do governo Borgista-Castilhista.¹⁵⁴

Segundo Félix, o Rio Grande do Sul vivenciou o coronelismo como o restante dos estados brasileiros, havendo peculiaridades, que envolviam a classe pecuarista e a estrutura agrária.

O coronelismo gaúcho é produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do estado sulino. Duas variáveis nos parecem ser determinantes neste conjunto: a tradição militar de fronteira ligada à atividade pecuária e o componente ideológico do positivismo castilhista-borgista, com tudo que cada uma destas traz em decorrência.¹⁵⁵

Enquanto isso, o coronelismo consolidava-se juntamente ao Partido Republicano Rio Grandense:

Nos demais estados da federação, o coronelismo desenvolveu-se à sombra dos atrasos e das contradições da estrutura agrária, da ineficiência dos poderes centrais, da fraqueza dos governos estaduais. A diferença no estado sulino diz respeito à força e à eficiência do governo estadual frente aos coronéis, sem que, no entanto, essas fossem suficientes para eliminá-los. O aparelho do Estado, enquanto estrutura de dominação, tinha interesse em manter essa base coronelista para legitimação de seu poder. Com isto, dilui-se a aparente contradição entre a estrutura centralizada do poder do PRR Borges e a descentralização de poder da estrutura que permitiu a emergência e a manutenção do coronelismo.¹⁵⁶

¹⁵⁴ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 22.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 82.

A autora ressalta o componente sócio psicológico pré-existente no estado. Segundo ela, o coronelismo alastrou-se favoravelmente no Rio Grande do Sul devido à mentalidade social associada ao ciclo pastoril e militar, oriundo das estâncias, baseado em laços de lealdade e compromisso, com a existência de dependências em nível psicológico à econômico.¹⁵⁷ Assim, para ela

É importante destacarmos o componente sócio psicológico da obediência à hierarquia decorrente da necessidade de sobrevivência numa região instável como um fator pré-existente para caracterizarmos as relações do coronel republicano, não só com seus dependentes, mas, essencialmente, com o Estado. Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros perceberam de maneira nítida este fator e souberam, inteligentemente, utilizar-se dele através do partido. A lealdade partidária, exigida pelo PRR, seria um elemento perfeitamente ajustado à filosofia positivista adaptada no Rio Grande do Sul, à necessidade da consolidação partidária e republicana no estado e, inclusive, às tradições, locais pré-existentes, aumentando, apenas na República, mais um elo na cadeia de obediência-dependência com a inclusão do coronel no Estado.¹⁵⁸

Félix entende o coronelismo como

[...] o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coronéis a imposição de nomes para cargos que eles indicaram. Tem sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes, regional, geralmente devido a seu grande poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários.¹⁵⁹

Para compreender o conceito de coronelismo, é necessário retornar o trabalho clássico de Vitor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*, imprescindível para o estudo da temática. Para ele, o coronelismo foi uma forma de manifestação do poder privado, em resposta à implementação de um regime representativo em uma estrutura social inadequada. O autor entende o fenômeno como decorrência da perda de poder e influência dos chefes locais frente ao poder público. Para ele, o coronel destaca-se sendo a figura de liderança local, não sendo necessariamente o que ele denomina de “autêntico coronel”, havendo vários médicos e advogados exercendo o papel de chefia local.¹⁶⁰ O chefe local indica cargos estaduais, como professores, funcionários da coletoria, entre outros. É de praxe a abstenção do governo, afim de evitar quebra de prestígio do mandatário local. É de praxe também as indicações para cargos federais, como agente do correio, inspetor comercial, entre outros, serem aceitas pelo

¹⁵⁷ Ibidem, p. 38.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 43.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 28.

¹⁶⁰ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 23.

governo.¹⁶¹ Segundo o autor, são os serviços públicos, como manutenção de estradas, construção de pontes, hospitais, escolas, a forma de consolidação do poder do coronel.¹⁶²

Vitor Nunes Leal explora com veemência a questão da sociedade rural e sua relação com a figura do coronel com as mesmas. Apesar de fundamental para a compreensão do tema, o livro, tornou-se, em alguns aspectos, ultrapassado pelos novos estudos sobre o tema. Uma das críticas referentes à obra que aqui será adotada é a de Carina Martiny. Para ela, o problema de interpretação da obra de Leal

[...] Está na submissão da eleição e do voto ao poder do coronel. Tal entendimento desconsideram a autonomia e poder de barganha que os eleitores possuíam em relação ao voto. [...] ao tratarmos da abstenção, o simples ato de deixar de votar foi utilizado pelos eleitores para demonstrar seu descontentamento com o contexto político, à revelia do que ordenavam ou desejavam as autoridades.¹⁶³

José Murilo de Carvalho afirma que, pela visão de Leal, o coronelismo é uma rede de relações sociais, que abrangia todo o sistema político, desde o coronel até o presidente da República.¹⁶⁴ Ou seja,

Para Leal, o coronelismo surge com a implantação do federalismo no Brasil. A criação de um novo ator político, o Governador do Estado, contrapôs seu antecessor, o Presidente da Província do Período Imperial, que era geralmente um homem de confiança do Ministério, sem poderes próprios, podendo ser removido do cargo à qualquer momento. Já o governador republicano, chefe da política estadual, era eleito através das máquinas partidárias, através dele, se arregimentavam as oligarquias, chefiadas pelos coronéis. Seu poder se consolidou após a implantação da Política de Estados, implementada por Campos Sales em 1898.¹⁶⁵

Utilizando das concepções de Leal, o autor conclui que o coronelismo é a relação de poder entre o governo e os proprietários rurais, com o predomínio do estado sobre o coronel.

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima,

¹⁶¹ Ibidem, p. 34.

¹⁶² Ibidem, p. 35

¹⁶³ MARTINY, Carina. As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018, p. 99.

¹⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, v.40, n.2, 1997, p. 1.

¹⁶⁵ Idem.

os governadores dão seu apoio ao Presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no Estado¹⁶⁶.

Carvalho compactua com a visão de Leal, porém, critica a delimitação temporal dada pelo autor, que acredita em um renascimento do coronelismo no período relativo aos governos militares. Para Carvalho, o coronelismo nunca existiu antes da fase de relação governo-fazendeiros, nem depois dela, recebendo o último golpe em 1937, com a derrubada do governo de Flores da Cunha e a implantação do Estado Novo.¹⁶⁷ Assim,

Da imagem simplificada do coronel como grande latifundiário isolado em sua fazenda, senhor absoluto de gentes e coisas, emerge das novas pesquisas um quadro mais complexo em que coexistem vários tipos de coronéis, desde latifundiários a comerciantes, médicos e até mesmo padres.¹⁶⁸

Empregando as compreensões em torno do conceito de coronelismo de Leal e Félix, é possível compreender Gabriel Gonçalves e Zeferino Lopes de Moura como coronéis locais, partindo dos seguintes pontos: todos possuíam ligação direta com Borges de Medeiros, comprovada através das correspondências pessoais, garantindo subserviência e lealdade ao Chefe Partidário. Além disso, intercambiavam favores com o Chefe, conseguiam negociar cargos públicos, possuíam uma base clientelista composta por clientes que eram dependentes dos mesmos, além de garantir para Borges de Medeiros a estabilidade política do Município. Minha interpretação de Pedro Frederico Rache é que ele não era um coronel com todo o emprego do conceito, pois não foi possível concluir que o mesmo barganhava cargos e favores. Não é possível constatar a existência de uma relação direta entre Pedro Rache e Borges de Medeiros: localizei apenas uma correspondência no Fundo Borges de Medeiros em que Pedro Rache é remetente, está referindo-se a Brigada Militar. Isto não quer dizer que Pedro não tenha atuado conjuntamente e influenciado a Comissão Executiva do Partido e a Câmara Municipal de Vereadores. Não foi possível constatar que o próprio possuísse uma forte base clientelista, apesar de o mesmo ser um indivíduo influente e atuante no cenário político municipal. Creio que foi através das relações estabelecidas com Gabriel Gonçalves e Carlos Barbosa que conseguiu ascender ao cargo de Intendente Municipal, utilizando das bases clientelistas e do capital político delegado pelos mesmos.

Através da análise do Fundo Borges de Medeiros, Franco afirma que o embate entre Zeferino Moura e Carlos Barbosa começou ainda em 1900, contando que em 1903 as relações

¹⁶⁶ Ibidem, p. 2.

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ Idem.

já estavam estremecidas¹⁶⁹. É importante ressaltar que, nesse momento, o debate feito por Franco em torno dos vários motivos que levaram aos desentendimentos entre os dois mandatários locais não é importante. O que é relevante para esta pesquisa, é compreender de que maneira o Partido Republicano Jaguarense encontrava-se dividido, e em que circunstâncias ocorria o pleito eleitoral de 1917.

Em trecho do documento, que parte de Zeferino Lopes de Moura para Protásio Alves, é possível perceber que a candidatura de Pedro Frederico Rache já era pretendida desde, pelo menos, 1915:

Confirmo meu último telegrama de ontem à Vossa Excelência, avisando-vos da ida do provável candidato Carlista ao lugar de Intendente, coronel Frederico Rache, que como vos disse em telegrama, consta foi aí conseguir apoio oficial, além de outros assuntos da política local.

O nosso bom amigo Dr. Alípio Telles, portador desta, pessoalmente vos informará das incumbências que aí o levam, alvitre que tomamos para bem avintar-vos do que aqui está passando.

Ele vos falará sobre a lei eleitoral municipal, pela qual provavelmente pretenderão fazer a eleição, apesar de não haver sido publicada e sujeita a emendas.¹⁷⁰

Franco afirma que a Lei Municipal referida na correspondência, Lei de 5 de janeiro de 1915, não teve seu projeto publicado na imprensa, sofrendo denúncia de irregularidade por não ser discutida e sofrer emendas populares, como era a praxe castilhistas. Por este motivo, o decreto nº 2195, de 24 de junho de 1916, tornou a mesma improcedente.¹⁷¹ E ainda

No artigo 2º, o mesmo decreto dispunha que “o intendente proverá sobre a promulgação de nova lei eleitoral municipal” e no parágrafo único, que “enquanto não for promulgada a nova lei eleitoral, nenhuma eleição municipal poderá realizar-se validamente”. Firmavam o decreto, o Vice-presidente Salvador Pinheiro Machado e o Secretário do Interior, Protásio Alves.¹⁷²

Segundo Loiva Félix, havia um peculiar “caráter legalista” no Rio Grande do Sul, envolvendo as ações do coronel. Emergia a preocupação em estar de acordo com a Lei,

¹⁶⁹ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 139.

¹⁷⁰ MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 5 de mar. 1915. Destinatário: ALVES, Protásio Antônio. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2725.

¹⁷¹ FRANCO, op. cit., p. 157.

¹⁷² Idem.

mesmo que isso implicasse na criação de uma nova lei, situação que ocorria algumas vezes nos Conselhos Municipais.¹⁷³

Sérgio da Costa Franco indica que a primeira fase da campanha eleitoral de 1917 se deu em torno do alistamento eleitoral intensivo, havendo denúncias dos dois lados.¹⁷⁴ Em um exemplo, extraído do Fundo Borges de Medeiros, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Zeferino denuncia a Borges de Medeiros a remoção de votantes que, segundo ele, estariam aptos pela lei vigente:

Ultimamente, o Intendente, Promotor Público e Delegado de Polícia, combinaram a eliminação de 230 eleitores, ausentes, falecidos e, incluindo [p.1v] neste número muitos correligionários aqui residentes, entre eles, comerciantes, artistas, [...] tudo com atestado do referido Delegado que assina tudo quanto lhe ordena o Dr. Carlos, e se mais arbitrariedades não pratica é com receio da reação dos nossos correligionários.¹⁷⁵

O trecho acima é um perfeito exemplo do caráter legalista apontado por Félix, pois as certidões assinadas e autorizadas por autoridades oficiais legalizam a fraude, tornando mais difícil comprová-la posteriormente. Neste mesmo sentido, é possível identificar a fraude, mas não sua formalidade, pois não há existência de uma denúncia judicial.

Correspondendo-se posteriormente com Borges, o opositor reafirma sua posição frente às denúncias, pedindo intervenção do chefe partidário, como se vê abaixo:

Confirmando meu telegrama de ontem, vos envio incluso, na íntegra, o despacho do Juiz de Comarca no processo de qualificação eleitoral, pelo qual verá Vossa Excelência que realmente este homem tem o firme propósito de hostilizar francamente a causa que aqui defendemos.

Por mais que me esforçasse em demonstrar os motivos que nos levaram a esta luta dentro do Partido, não consegui convencê-lo da vantagem em conservar a nossa organização partidária no Estado, ameaçada por um ambicioso vulgar, que, concio da sua fraqueza, aproveitou um reflexo de seu passado para iludir hipocritamente alguns amigos onde se foi amparar.

Desde o princípio desta luta, venho notando a forma maquiavélica pela qual de combinação com o Dr. Carlos, pretendiam melhor hostilizar, mas não podia supôr que levassem ao extremo.

Por um escrúpulo muito natural, procurei sempre evitar um rompimento com esta autoridade, e foi talvez por esta razão que o abuso chegou ao extremo.

Em meu referido telegrama ponderei a Vossa Excelência a necessidade de fiscalização de um homem competente na próxima eleição, maxime na organização das Mesas, que como sabe Vossa Excelência, ficando a apuração para a escolha de Mesários do alvitre do Provisório, não haverá maioria que prevaleça.

¹⁷³ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 132.

¹⁷⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 156.

¹⁷⁵ MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2733.

Segue neste vapor o candidato Carlista Frederico Rache, constando que vai conferenciar com Vossa Excelência, aproveitando provavelmente a ocasião para fazer a defesa do seu melhor advogado eleitoral, o Juiz da Comarca.¹⁷⁶

Franco levanta a hipótese de que Zeferino estava tentando provocar a postergação da eleição devido às desvantagens que este estava enfrentando no momento da qualificação de eleitores.¹⁷⁷

Segundo Loiva Otero Félix, o pedido de intermediação política era comum neste período, ao passo que a autora diagnostica a intermediação na região do Planalto, e aponta a fronteira como reduto oposicionista, enfatizando que é necessário maiores estudos sobre as intervenções nesta região. Félix ainda afirma que através das intervenções do Governo nas eleições municipais é possível medir o “grau da tensão coronelista” local, este sendo mais tranquilo e ajustado quanto menor o número de intervenções, levantando a hipótese que Borges considerasse intermédio de alguém forasteiro como única solução para acalmar os ânimos¹⁷⁸.

Em relação ao alistamento eleitoral, Gabriel Gonçalves afirma em correspondência à Borges que

[...] cumpre-me informar que estou dando todas as providências afim de inscrever no alistamento federal, de acordo com a lei nº 3139 que alterou nessa parte, a lei de 15 de novembro de 1904, todos os eleitores deste município que reunirem as condições exigidas pela nova lei. A esse serviço estou dedicando o máximo interesse e o maior cuidado, de forma a assegurar, como sempre, neste município, a nossa incomparável maioria sobre o adversário. Oportunamente darei à Vossa Excelência o resultado da minha atividade nesse sentido.

Já há muitos dias aqui se acha o senhor coronel Genes Gentil Bento, que na qualidade de representante de Vossa Excelência está agindo no intuito de regularizar a próxima eleição municipal.¹⁷⁹

Zeferino conseguiu “inverter o jogo”, consolidando a remoção do delegado de polícia e a substituição do promotor, que exercia a função a seis anos.¹⁸⁰

¹⁷⁶ MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 26 de outubro de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2746.

¹⁷⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 157.

¹⁷⁸ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 136.

¹⁷⁹ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 28 de dezembro de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

Às vésperas da eleição, quem passava a denunciar as irregularidades na expedição de títulos eleitorais era Gabriel Gonçalves. Em correspondência para Borges de Medeiros, ele denunciava que

Juiz distrital e oficial registro negam-se expedir títulos eleitorais pretextando ser hoje feriado, amanhã domingo e depois dia da eleição. Esta afirmativa foi feita ao Coronel Genes Bento, para quem apelamos. Tais funcionários chegaram a ponto de se ocultaram aos que os procuraram para aquele fim. Tal procedimento só observado relativamente eleitores não dissidentes, vem causar sério prejuízo, obstando votos desses eleitores. Recorro confiante à Vossa Excelência pedindo urgentes providências afim de serem amanhã expedidos esses títulos.¹⁸¹

Loiva Otero Félix indica a sistemática de leis eleitorais como uma ferramenta de articulação entre o poder do Estado e do coronel. A montagem das mesmas trazia à tona todos os ramos da política coronelista, bem como o aparato de sustentação do poder quase absoluto de Antônio Augusto Borges de Medeiros¹⁸².

Segundo Franco, a nomeação de intendente provisório dada à Gabriel Gonçalves foi uma das táticas utilizadas por Borges para buscar manter o equilíbrio de poder entre as facções.¹⁸³ De acordo com esse autor,

Borges de Medeiros deveria oferecer aos carlistas uma compensação pelo adiamento do pleito e a substituição do delegado de polícia: garantiu então a Gabriel Gonçalves que, ao terminar este o seu quadriênio, em 20 de setembro, seria nomeado intendente provisório e presidiria a eleição.¹⁸⁴

O mesmo parece ter ocorrido na questão tocante aos delegados municipais. Primeiramente, Zeferino sentia-se lesado pela polícia administrativa do município, fazendo denúncias de perseguição e indicando-os como aliados de Carlos Barbosa. É possível observar essa situação na seguinte missiva:

[...] venho dizer-vos que se vai tornando impossível suportar a pressão que o Governo Municipal, de pleno acordo com o Delegado de Polícia e Promotor Público exercem contra nossos correligionários.
Em desespero de causa, pois sentem que lhes vai fugindo o apoio dos republicanos sinceros, lançam mãos de todos os meios, amparados na força republicana. Como é natural, grande parte do eleitorado ignorante amedronta-se cedendo as imposições da

¹⁸⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 158.

¹⁸¹ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 24 de fevereiro de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

¹⁸² FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987, p. 133.

¹⁸³ FRANCO, op. cit., p. 158.

¹⁸⁴ Idem.

polícia pelo receio das perseguições, tornando-se preciso por esta razão, com urgência, uma autoridade policial que ampare nossos amigos contra os golpes da polícia administrativa.

Toda a população desta cidade conhece a inépcia e ignorância do atual delegado de polícia que atualmente infelicita esta terra onde ninguém mais tem garantia de espécia alguma.

Para melhor fornecer margem aos desmandos da polícia administrativa, esta autoridade sem energia e sem critério, passou o exercício do cargo ao sub-delegado e sub-intendente do 2º distrito, Raimundo Lopes, cabo eleitoral Carlista, que há muito tempo vem perseguindo nossos companheiros, conforme nossas contínuas reclamações ao Dr. Chefe de Polícia, que diz providenciar, mas que nenhum resultado se tem obtido.¹⁸⁵

A nomeação de Manoel Amaro Júnior como delegado municipal ocasionou uma reviravolta na eleição. Como indica Franco, o cargo de intendente provisório veio com o acordo de ceder os cargos policiais à dissidência, ficando Gonçalves revoltado com o fato, mas sem conseguir nenhuma ação por parte de Medeiros.¹⁸⁶ Gabriel Gonçalves, em missiva para Borges de Medeiros, afirma que

É portador desta o Maneca, que lhe dará amplas informações sobre o movimento político daqui. A eleição está definitivamente assentada para o dia 26 de fevereiro e os cabos eleitorais continuam trabalhando com afinco, principalmente os marca Z, que com o maior arrojo abordam todos os nossos companheiros, valendo-se de quanto ardid existe para conseguir votos. Os nossos companheiros já principiaram a trabalhar e todas as noites nos reunimos na Intendência para trocar ideias. A nomeação do Amaro que a princípio desnor-teara os nossos companheiros, está atualmente encarada como de nenhuma importância. Este continua na sua faina de conseguir eleitores, valendo-se da profissão que exerce para coagir as pessoas que o procuram e do cargo que desempenha para perseguir aqueles que não cedem à sua cabala. Muito preciosa seria a presença do amigo aqui, pois além de haverem divulgado que havia se retirado por motivos políticos e que não mais voltava, acresce que nas suas antigas relações há muitos que só a seu convite virão e é preciso fazermos esforços para que os dissidentes não tirem o terço, o que vai ser muito disputado.¹⁸⁷

Atendendo aos pedidos das duas facções, Borges envia Genes Gentil Bento, subchefe de polícia da 4ª região, com a missão de intermediar as contendas e regularizar a eleição

¹⁸⁵ MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2733.

¹⁸⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 165.

¹⁸⁷ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 23 de janeiro de 1917. Destinatário: GONÇALVES, Carlos Barbosa. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

municipal. Segundo Sérgio da Costa Franco, Genes Bento chegou efetivamente em 8 de dezembro de 1916.¹⁸⁸ Ainda segundo ele

Os subchefes de polícia eram, sob o regime borgista, autênticos comissários do Partido Republicano, com a missão precípua de harmonizar conflitos intrapartidários e informar com segurança e objetividade o Presidente do Estado. Rigorosamente não tinham funções policiais, salvo acidentalmente¹⁸⁹.

Franco pontua que Genes Bento também parecia contrário à nomeação de Manoel Amaro Júnior, pois o mesmo atrapalharia suas propostas conciliatórias.¹⁹⁰

Gonçalves e Bento estavam corretos em relação às possíveis intenções da nomeação de Amaro Júnior. Sendo considerado um empenhado cabo zeferinista, utilizou-se de todos os meios para exercer coerção, como consta em carta de Gabriel Gonçalves para Borges de Medeiros:

Com verdadeiro constrangimento, vejo-me obrigado reiterar Vossa Excelência pedindo providências contra atitude do Delegado de Polícia Manoel Amaro Júnior. Durante todo dia de hoje recebi ligações de correligionários infensos à dissidência, que estão sendo chamados à delegacia, sob ameaças. Uma vez aí, delegado exige sob compromisso que votem em Zeferino ou se abstenham de votar contra. Além disso, procura Delegado que agora se arvorou em desenfreado cabo eleitoral zeferinista, outros meios violentos fazer pressão. Tal estado de cousas está provocando justa indignação.¹⁹¹

Sobre o uso da violência em meio ao processo eleitoral, Leal afirma que

Em certas circunstâncias, as ameaças e violências desempenham função primordial, porque semelhantes processos podem, por vezes, garantir o governo municipal à corrente local menos prestigiada. Mas a regra não é esta: a regra é o recurso simultâneo ao favor e ao porrete [...] o que interessa é consolidar-se com o mínimo de violência.¹⁹²

Vitor Nunes Leal afirma ainda que o período precedente às eleições é o mesmo em que se exaltam os ânimos, buscando os opositores o maior apoio possível do governo estadual para angariar cargos públicos e nomear “cabos eleitorais”.¹⁹³

¹⁸⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 161.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 165.

¹⁹¹ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 26 de janeiro de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

¹⁹² LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 35.

¹⁹³ Ibidem, p. 32.

Nos períodos que precedem às eleições é que o ambiente de opressão atinge o ponto agudo. Nos intervalos das campanhas eleitorais, melhoram muito as relações entre as parciais do município, chegando eventualmente a ser amenas e respeitadas. É nessa fase que se processam os entendimentos que permitem à facção que está no poder, ou é apoiada pelo governo estadual, engrossar suas fileiras, pela adesão de cabos eleitorais urbanos ou de “coronéis”. Esse clima propício ao acordo também atinge seu ponto ótimo por ocasião das eleições, mas na fase que precede à tomada de compromissos. Uma vez definidas as posições, entra-se então na etapa da compreensão, que antecede imediatamente ao pleito. Alguns prováveis aderentes podem ser poupados até mais tarde, enquanto subsiste a possibilidade de os chamar ao seio confortável da situação. Outros serão convencidos pelos primeiros indícios de violência. Muitos se absterão de votar para evitar dissabores maiores, e uns poucos faltarão à palavra empenhada. A regra é ser honrado o compromisso que no município se firma de homem para homem, e a quebra de sua palavra repugna tanto ao chefe local quanto o exaspera a traição de companheiros.¹⁹⁴

As denúncias referentes ao remanejamento e à exclusão de indivíduos também ocorreram durante o processo eleitoral em Jaguarão. Em correspondência de Zeferino Lopes de Moura para Borges de Medeiros, este afirma que

Aqui cheguei antes de ontem encontrando nossos adversários na maior atividade na campanha de intrigas que há muito estabeleceram para remoção de empregados públicos que apoiam nossa atitude nesta cruzada, publicando pelo pasquim que se diz Órgão do Partido, as maiores infâmias.

Sei reservadamente que o Delegado de Polícia, julgando-se impotente para conter os abusos da desenfreada jogatina em todo o Município, e furtos de gados, oficiou ao Dr. Chefe de Polícia, pedindo força e a nomeação de um Subdelegado provisório para o primeiro distrito, visto como o atual subdelegado do segundo, ao contrário de reprimir, alimentaria todos estes abusos.

Sei também que referido Delegado precisa ir a essa capital muito breve, proporcionando-se assim a nomeação de uma autoridade imparcial que o substitua, muito necessária nesta ocasião, pois antes do dia 20 do próximo mês, pretendemos fazer aqui uma reunião para designar nosso candidato, e como sabe Vossa Excelência, nessa ocasião se torna preciso uma autoridade imparcial e enérgica para manutenção da ordem, evitando assim os planos de que é capaz uma polícia administrativa composta na sua maior parte de bandidos.

Pelo ofício do Delegado, amigo incondicional do Dr. Carlos, pode Vossa Excelência imaginar o estado a que chegou este Município.¹⁹⁵

Leal afirma que a verdadeira disputa entre as dissidências intrapartidárias era relativa a receber a preferência do governo estadual, recebendo benefícios e amparo.¹⁹⁶ Ou seja,

A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos ao adversário – são modalidades diversas da contribuição

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 30 de abr. de 1916. Destinatário: ALVES, Protássio Antônio. Porto Alegre. 1 Página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2730.

¹⁹⁶ LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição, p. 36.

do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município.¹⁹⁷

Em relação à concessão de cargos públicos, José Murilo de Carvalho dará a definição de clientelismo, que segundo ele “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve benefícios públicos, sobre tudo voto, mas também pode envolver benefícios fiscais, isenções, apoio político”.¹⁹⁸ Ainda para Carvalho, as relações clientelistas perpassaram a existência do coronelismo, sendo visíveis até hoje. Conforme os chefes políticos locais foram perdendo sua influência e a capacidade de garantir votos, estes deixaram de ser parceiros atraentes, e o governo passou a tratar diretamente com os eleitores.¹⁹⁹ O coronelismo não existiria sem o clientelismo.

Realizando o trabalho correcional a que foi mandado no Município, Genes Bento chegou à conclusão de que as fraudes vinham de ambos os lados, com inscrições de eleitores estrangeiros, de outros municípios, atestados falsos. Segundo Franco, dos 1.287 cidadãos que estavam inscritos até fevereiro daquele ano, 656 não atendiam os requisitos para serem eleitores.²⁰⁰

Configurando um caso curioso relativo à participação de estrangeiros na eleição, foi possível localizar uma correspondência de Gabriel Gonçalves da Silva destinada ao senhor José Urrutia, ao que consta, comandante da polícia local da cidade uruguaia de Melo, informando sobre a ocorrência da eleição e pedindo aumento da fiscalização do Passo da Fronteira, além da liberação ou impedimento da vinda de um votante.

Acha-se servindo na polícia dessa cidade o eleitor deste município de nome Luiz Correa e precisava que o Amigo me prestasse um obséquio [...] pedia ao amigo que lhe conseguisse licença para vir até o 3º distrito deste município, onde vota e no caso que ele queira vir votar com os adversários era obséquio que o amigo obstasse a sua vinda.[...]

Se fosse possível, seria também grande serviço ordenar a fiscalização nos passos da fronteira, nos dias 25 e 26, pois consta que desse país passarão para aqui grupos com a intenção de perturbar a ordem por ocasião da eleição.²⁰¹

¹⁹⁷ Ibidem, p. 35.

¹⁹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. Dados, v.40, n.2, 1997, p. 3.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 162.

²⁰¹ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1917. Destinatário: URRUTIA, José. Melo, UY. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum

Através desta correspondência, é possível afirmar que a corrente carlista possuía relações políticas ativas no Uruguai, situação decorrente da situação fronteiriça de Jaguarão. É possível especular que os adversários também cultivavam estas relações. Sobre esse aspecto, são necessários maiores estudos relativos a essas relações políticas, visto que a participação política e a influência de estrangeiros, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio, parece ser muito comum no período.

Bento chegou a levantar a hipótese de não se realizar a eleição, pois facilmente seria comprovado fraude, além dos abusos, o que desrespeitava a lei eleitoral.²⁰²

Evitando mais adiamentos, os dois coronéis entraram em um acordo de realizar a eleição pelo alistamento antigo, realizado até 31 de janeiro de 1916. Gabriel Gonçalves entendia que isso poderia prejudicar a margem de vitória de seu candidato, mas estava confiante na vitória²⁰³. Os eleitores novos que estariam aptos a votar não poderiam ser impedidos, mas os coronéis foram instruídos a usar sua influência para que isso não ocorresse. Assim, as mesas eleitorais poderiam recusar os eleitores novos, ou, pelo menos, contabilizar os votos em separado, certamente encontrando algumas inscrições ilegais.²⁰⁴

A eleição realizou-se com relativa paz no dia 26 de fevereiro. Segundo Gabriel Gonçalves, em correspondência com Borges de Medeiros, a apuração da eleição

Realizou-se, ontem, aqui, eleição municipal.

Candidato republicano coronel Pedro Frederico Rache obteve 543 votos, sendo 348 primeiro distrito, 71 segundo e 134 terceiro. Candidato oposição Zeferino Lopes de Moura obteve 357 votos, sendo 218 primeiro distrito, 68 segundo e 71 terceiro. Na votação candidato dissidente estão incluídos 80 federalistas.

Eleição correu em calma e foi procedida como Vossa Excelência sabe, de acordo com o convênio proposto por Zeferino Moura, o que deu lugar a que a vitória republicana não fosse mais brilhante. Além disso, três dias antes eleição Juiz distrital e Oficial Registro negaram-se expedir títulos muitos eleitorais republicanos, o que nos causou avultado prejuízo.²⁰⁵

Após o período eleitoral, foi criada uma Comissão Executiva do Partido,

Ciente haver Vossa Excelência autorizado coronel Genes Bento, organizar comissão executiva dirigirá Partido Local, com representação maioria e minoria, tomo

²⁰² FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 163.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Ibidem, p. 164.

²⁰⁵ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 27 de fevereiro de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

liberdade ponderar Vossa Excelência o seguinte: Entendia de acordo Regulamento Comissões Executivas, que do eleitorado que sufragou candidatos aos cargos de Intendente e Conselheiros, na eleição de 26 de fevereiro, deviam ser depurados eleitores estranhos e adversos ao Partido, para do líquido do eleitorado republicano verificar-se se a dissidência, de fato, obtivera o terço que lhe dá direito e ingressar executiva. Posso afirmar à Vossa Excelência, aliás com provas em meu poder, que feita aquela depuração, não obteve coronel Zeferino o terço da votação republicana. No entretanto obedecerei como me cumpre a deliberação de Vossa Excelência, em cujo espírito de justiça tanto confio.²⁰⁶

A preocupação de Gabriel Gonçalves em relação ao terço, refere-se às leis de representação de minorias. A Lei Rosa e Silva, de 1904, garantiu a representação das minorias em plano federal. Em 1913, Borges de Medeiros alterou a Constituição Eleitoral do Estado, a fim de permitir representação proporcional das minorias. Era imprescindível ganhar a eleição com a maior margem possível sobre o adversário, que acabava sendo do mesmo partido. Essa técnica foi utilizada para evitar um possível renascimento do Partido Federalista. Divida-se o partido na órbita federal, mas era necessário assegurar sua união nas eleições Estaduais e Federais.²⁰⁷

Pedro Frederico Rache foi vitorioso na eleição ao cargo de Intendente Municipal, tomando posse do mesmo no dia 12 de março de 1917.²⁰⁸

²⁰⁶ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 11 de março de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

²⁰⁷ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001, p. 133.

²⁰⁸ SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 12 de março de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível concluir que a eleição municipal de Jaguarão para o cargo de Intendente, realizada em 1917, foi um processo permeado pelo clientelismo político, fraude, violência e coerção.

Por meio da revisão bibliográfica realizada no primeiro capítulo, foi possível compreender o funcionamento do processo eleitoral na Primeira República, bem como constatar que as relações clientelistas e a figura do coronel estavam impregnadas em todo o território nacional. As discussões feitas por Cláudia Viscardi²⁰⁹ e Loiva Otero Félix²¹⁰ foram fundamentais para compreender o papel do Rio Grande do Sul no cenário político nacional, elencando os pactos de poder e arranjos políticos realizados com o intuito de garantir a estabilidade do novo regime, bem como para compreender as especificidades do estado, aspectos que o diferenciavam do restante do país e como estes aspectos contribuíram para a ascensão do Partido Republicano e do coronelismo no estado.

Ainda no primeiro capítulo, também foi possível discutir sobre o imaginário do povo em relação à República e o voto.²¹¹ Carina Martiny ocupa um papel muito importante em relação ao funcionamento e regulamentação das eleições²¹², trazendo trechos de Decretos da época, os quais utilizei e busquei ir mais a fundo, trazendo mais informações ao leitor neste quesito. Por meio da discussão da autora e dos trechos destes Decretos, foi possível compreender melhor a legalidade e funcionamento do processo eleitoral, bem como os meios utilizados para burlá-los. Ainda foi possível constatar, através de fontes relativas a Jaguarão, táticas utilizadas para burlar as regulamentações eleitorais, o que nos levou a uma discussão sobre como ocorriam as fraudes eleitorais, recorrendo a Paolo Ricci e Jaqueline Zulini²¹³ como bibliografia. Através das fontes foi possível constatar que, de fato, houve fraude na eleição que é objeto desta pesquisa, inclusive, ao que parece, a ilegalidade perpassou por todas as etapas do referido processo eleitoral. Apesar de relatada em correspondências, e possível de ser observada em

²⁰⁹ VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias Uma revisão da “política do café com leite”*. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.

²¹⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987.

²¹¹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2011.

²¹² MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018.

²¹³ RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930)*. VIII encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, agosto de 2012.

relação ao número de votantes e acordos políticos que deixaram a legislação de lado, não houve queixa formal de fraude, nem abertura de processo, e a eleição transcorreu normalmente.

O segundo capítulo foi fundamental para esta pesquisa, pois utilizando diversas fontes, entre elas processos de inventário, habilitações para casamento e notícias de periódicos, foi possível estabelecer o capital político, pessoal e monetário dos indivíduos selecionados, além de fazer um pequeno estudo sobre suas trajetórias. Creio que este capítulo foi o que mais veio a contribuir com a historiografia local, pois, apesar de existir alguns escritos sobre estes mesmos indivíduos, não foi feito nada semelhante ao proposto nesta pesquisa. Coube ainda, neste capítulo, analisar as relações entre os personagens, dando destaque ao papel de Carlos Barbosa Gonçalves, como líder político municipal incontestável e as formas que o mesmo utilizava para garantia de seu poder, neste caso, atuando através de Gabriel Gonçalves da Silva, seu parente e homem de confiança, e Pedro Frederico Rache. Neste aspecto, há uma ampla possibilidade de realização de estudos, entre elas, se faz necessário uma pesquisa acadêmica sobre o grupo de indivíduos que integraram o Partido e o Clube Republicano de Jaguarão, e talvez caiba a realização de estudos de trajetória relativos à alguns destes indivíduos. Há a possibilidade de explorar as relações de poder dentro do Partido, de forma mais minuciosa do que a realizada neste trabalho, ou também, de problematizar a relação dos políticos jaguarenses com o Uruguai. Existem várias fontes para a realização de tais pesquisas e diminuta historiografia relativa a Jaguarão no período da Primeira República.

O terceiro capítulo, por fim, analisou de forma detalhista a eleição municipal para o cargo de Intendente, realizada em 26 de fevereiro de 1917. Neste capítulo, além da análise das correspondências pessoais e da contribuição de Sérgio da Costa Franco²¹⁴ para a análise de cada fase do referido processo eleitoral, foi possível realizar uma discussão conceitual em torno dos termos “coronelismo” e “clientelismo”, estabelecendo relações entre os dois. Utilizando o entendimento do conceito de coronelismo dado por Loiva Otero Félix²¹⁵ e Vitor Nunes Leal²¹⁶, consideramos Gabriel Gonçalves da Silva e Zeferino Lopes de Moura como coronéis locais, responsáveis pela divisão interna do Partido Republicano Jaguarense nas facções carlistas e zeferinistas. Neste capítulo também foi possível observar diversos pontos

²¹⁴ FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

²¹⁵ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987

²¹⁶ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição.

relativos ao processo eleitoral, tais como os votantes estrangeiros, as ações coronelistas, além uso da coerção e violência.

REFERÊNCIAS

BEUNZA, José María Imízcoz; RUIZ, Lara Arroyo. *Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas*. *Redes: Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, p. 98-138, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*. *Dados*, v.40, n.2, 1997

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2011

CARVALHO, José Murilo de. *Rui Barbosa e a Razão Clientelista*. *Revista dados*, Rio de Janeiro. Vol 43, nº1, 2000

COLUSSI, Eliane Lucia. *Plantando Ramas de Acácia: A Maçonaria Gaúcha no Século XIX*. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do grau de Doutor em História. 1998. 489f. p.4.

CUNHA, Carlos Otoniel Pacheco da. “Moço, inteligente e médico de competência notável”: antecedentes da trajetória política republicana de Carlos Barbosa Gonçalves (segunda metade do século XIX). Dissertação (mestrado em história) Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2018.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Vol. 23. Mercado Aberto, 1987.

FERTIG, André. *Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1850-1873)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Editora Companhia das Letras, 2012, 7ª edição.

MATTOS, Hebe. *Trabalho, Voto e Guerra Civil: algumas considerações interpretativas sobre pós-abolição e coronelismo*. Anais ANPUH, 2011.

MARTINY, Carina. *As eleições na Primeira República: abstenções, legislação e controle eleitoral*. Revista AEDOS. Porto Alegre. Vol 10, nº 23. Dezembro de 2018. P. 95-113

MARTINY, Carina. *Entre chefes e correligionários: negociação, hierarquia e mobilidade social na Primeira República (Rio Grande do Sul, 1899-1900)*. Revista Latino Americana de História. Unisinos. Vol 3, nº11. Setembro de 2014.

NETO, João Félix Soares. *O cigarro ensanguentado e outros contos*. Pelotas: Ponto de Vista, 2007.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Editora Mauad, 2001.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. *Tipos, causas e a geografia da fraude eleitoral na Primeira República (1889-1930)*. VIII encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), Gramado, agosto de 2012.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 279 f. p. 80-84.

VISCARDI, Claudia. *O teatro das oligarquias Uma revisão da “política do café com leite”*. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2012.

FONTES

Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica - Mensageiro Católico, 06 de outubro de 1929 – Documento físico disponível no IHGJ.

Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica – O Comércio, 22 de outubro de 1903 – Documento físico disponível no IHGJ.

Acervo digital do Programa de Digitalização e Catalogação de Documentação Histórica – Jaguarão Ilustrado, 22 de outubro de 1900 – Documento físico disponível no IHGJ.

APERS – Habilitação para casamento de Pedro Frederico Rache.

APERS - inventário de Belarmina Bezerra Rache. Autos n. 399. Maço n. 9. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1898.

APERS – inventário de Joquina Elysia Gonçalves. Autos n. 343. Maço n. 11. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1900.

APERS – inventário de Manoel Basílio Marques. Autos n. 417. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1906

APERS – inventário de Laureana Cândida de Moura. Autos n. 457. Maço n.15. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1909.

APERS – inventário de Maria Joanna Gonçalves da Silva. Autos n. 442. Maço n. 14. Estante n. 98. Cartório de Jaguarão, 1908.

BNDigital - A Federação, 14 de janeiro de 1890

BNDigital - A Federação, 10 de julho de 1903.

BNDigital - A Federação, 20 de julho de 1903.

BNDigital - A Federação, 08 de setembro de 1904.

BNDigital - A Federação, 14 de maio de 1909.

BNDigital - A Federação, 26 de setembro de 1912.

BNDigital - A Federação, 08 de agosto de 1912

BNDigital - A Federação, 12 de junho de 1913.

BNDigital - A Federação, 20 de outubro 1915

BNDigital - A Federação, 28 de agosto de 1916.

BNDigital - A Federação, 26 de junho de 1916.

BNDigital - A Federação, 29 de novembro de 1917.

BNDigital - A Federação, 23 de fevereiro de 1917.

BNDigital - A Federação, 19 de março de 1917.

BNDigital - A Federação, 16 de abril de 1917.

BNDigital - A Federação, 24 de maio de 1917

BNDigital - A Federação, 20 de agosto de 1920.

BNDigital - A Federação, 21 de maio de 1923

BNDigital - A Federação, 16 de novembro de 1923

BNDigital - A Federação, 21 de novembro de 1924.

BNDigital - A Federação, 23 de julho de 1925.

BNDigital - A Federação, 5 de agosto de 1925.

BNDigital - A Federação, 02 de fevereiro de 1925.

BNDigital - A Federação, 5 de agosto de 1925.

BNDigital - A Federação, 22 de setembro de 1932.

BNDigital – Almanak Laemmert, ano 1913, edição B.

BNDigital - Almanak Laemmert, ano 1917, edição b0073.

BNDigital – Boletim do Grande Oriente do Brazil – nº 6 21º ano 1896.

BNDigital - Boletim do Grande oriente do Brasil, março de 1898

BNDigital - Jornal do Dia, 04 de junho de 1959.

BRASIL. Decreto nº6, de 19 de Novembro de 1889. Artigos 1º e 2º. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 20 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 22 ago. 2019.

MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 26 de outubro de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2746.

MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2733.

MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 5 de mar. 1915. Destinatário: ALVES, Protássio Antônio. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2725.

MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 30 de abr. de 1916. Destinatário: ALVES, Protássio Antônio. Porto Alegre. 1 Página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2730.

MOURA, Zeferino Lopes de. [Correspondência]. Jaguarão, 29 de maio de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGRS – Fundo Borges de Medeiros, nº 2733.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 27 de fevereiro de 1917. Correspondência pessoal.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 11 de março de 1917. Correspondência pessoal.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 28 de dezembro de 1916. Correspondência pessoal.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre, 12 de março de 1917. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 11 de março de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 21 de fevereiro de 1917. Destinatário: URRUTIA, José. Melo, UY. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 26 de janeiro de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 23 de janeiro de 1917. Destinatário: GONÇALVES, Carlos Barbosa. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 28 de dezembro de 1916. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

SILVA, Gabriel Gonçalves da. [Correspondência]. Jaguarão, 24 de fevereiro de 1917. Destinatário: MEDEIROS, Antônio Augusto Borges de. Porto Alegre. 1 página. Correspondência pessoal. Disponível no IHGJ – Arquivo Léo Santos Brum.

TIMM, Octacilio B; GONZALEZ, Eugenio. Album Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1934, p. 250.